

descomplica

Resumão

outubro

Hannah Arendt

Objetivo

Compreender a visão e influência dos regimes autoritários sobre a sociedade e os indivíduos, bem como o mal estabelecido em situações de guerra e a proposta de Hannah Arendt para a banalidade do mal.

Curiosidade

Embora não tenha matado, diretamente, nenhum judeu, Adolf Eichmann foi fundamental para a realização daquilo que ficou conhecido como A Solução Final, um plano nazista, cujo objetivo principal era o extermínio do povo judeu. Eichmann era o responsável pela parte logística da operação, estima-se que as ideias propostas por ele possibilitaram o transporte e a execução de 6 milhões de pessoas.

Teoria

Quem foi Hannah Arendt?

Hannah Arendt nasceu em 14 de outubro de 1906, em Linden, próximo de Hannover, no Império Germânico, mas passou a infância e a adolescência em Königsberg. Seus pais, alemães de origem judaica, garantiram-lhe uma excelente educação, com destaque para a literatura alemã, o grego clássico e a filosofia antiga e moderna, além de uma atmosfera cercada pelas obras de Goethe, Mozart e Kant. O pensamento de Hannah Arendt constituiu um marco importante na análise filosófica dos fenômenos políticos do século XX.

As Origens do Totalitarismo

Em sua obra *As Origens do Totalitarismo*, publicada em 1951, Hannah Arendt se propõe a analisar os elementos que constituem dois governos totalitários: o Nazismo alemão e o Stalinismo soviético. De modo geral, tais regimes se fundamentam na ideologia, no terror e na manipulação das massas.

Para ela, o totalitarismo é uma negação radical das liberdades individuais. No entanto, é preciso compreender como é possível os indivíduos consentirem com a perda da própria liberdade. Para isso, ela retoma a análise política feita por Montesquieu, segundo a qual há certos princípios de ação seguidos tanto pelos cidadãos quanto pelos governantes em cada regime político. Assim temos:

- **Na monarquia**, o princípio de ação é a **honra**. Desse modo, as pessoas agem visando a honra pública, isto é, querem ser reconhecidas publicamente como honradas.
 - **Na república**, o princípio de ação é a **virtude**. Desse modo, tanto os cidadãos quanto o governante sentem orgulho em não dominar os demais, no que diz respeito aos assuntos públicos.
 - **Na tirania**, o princípio de ação é o **medo**. Desse modo, há um grande medo dos súditos em relação ao tirano, mas também há um grande medo do tirano em relação aos súditos.
-

Porém, de acordo com Hannah Arendt, o totalitarismo escapa a esse modelo analítico da política clássica de Montesquieu. Para ela, todo esse esquema se baseia na separação da vida em **esfera pública** e **esfera privada**. Assim, as relações políticas dos indivíduos pertencem apenas à esfera pública, enquanto na esfera privada estão as relações pessoais. Entretanto, o totalitarismo pretende a dominação total do ser humano, apagando a distinção entre o público e o privado.

Nesse sentido, um governo totalitário não quer dominar apenas o cidadão (na esfera pública); ele quer dominar também o indivíduo (na esfera privada). Sendo assim, o princípio de ação de um governo totalitário não é nem a honra, nem a virtude, nem o medo, mas o **terror**. Note, que embora nos regimes totalitários os governados também sintam medo, o princípio de ação que move os governantes totalitaristas é o terror que eles imprimem.

Além disso, o governo totalitário não se enquadra como um poder legal ou ilegal, de direito ou arbitrário. A dominação totalitária segue um esquema lógico, que considera uma "**lei da História**" (a luta de classes), no caso de Stalin ou uma "**lei da natureza**" (a seleção das raças), no caso de Hitler. Tais leis estão além das convenções humanas e, por isso, não podem ser questionadas.

Para Hannah Arendt, o totalitarismo captura os indivíduos porque eles se encontram **isolados**, sem laços sociais, formando assim uma **sociedade atomizada**. Segundo ela, o terror totalitário consegue unir esses indivíduos isolados na mesma medida em que amplia ainda mais o isolamento, isso possibilita uma dominação completa sem qualquer resistência. Nessa perspectiva, o totalitarismo não constitui uma comunidade política, onde todos indivíduos partilham de uma vida comum. Na verdade ele opera, por meio do controle e da propaganda, de modo a transformar os indivíduos em uma **massa** despersonalizada.

Outra característica importante é o **expansionismo totalitário**, isto é, a ideia de que o totalitarismo só existe enquanto se mantém em movimento, conquistando outros países. Sua proposta é fundir todos os indivíduos em uma única humanidade, ainda que estejam todos isolados uns dos outros, sob um mesmo governo.

Além de preparar os indivíduos para serem, ao mesmo tempo, carrascos e vítimas, pois qualquer um pode cair em desgraça e sofrer duras punições, o totalitarismo também constrói uma **ideologia**, isto é, um sistema explicativo do mundo e da vida, que não tem necessariamente uma relação com a experiência concreta, mas explica tudo, tanto o passado quanto o futuro. De acordo com Hannah Arendt, para evitar novos regimes totalitários, é preciso resgatar a **dignidade da política** e reatar os laços sociais entre os indivíduos.

Sobre a banalidade do mal

Em 1961, a filósofa foi a Jerusalém para assistir ao julgamento de Adolf Eichmann, alemão que participou de maneira ativa no extermínio de judeus comandado pelo regime nazista. Seus relatos sobre o julgamento de Eichmann – que viria a ser condenado à morte – ficaram registrados em sua obra *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*, publicado em 1963.

Embora tenha herdado a preocupação acerca do mal da filosofia kantiana, Hannah Arendt seguiu por outro caminho. Em sua obra *A religião nos limites da simples razão* (1793), Kant se dedicou a investigar o problema do mal, sobretudo o mal moral que fundamenta aquilo que ele denomina **mal radical**. Para Kant, o mal radical se refere estritamente à esfera da ação humana. Ou seja, à ideia de que o homem, sendo livre, tem a disposição para fazer o bem, mas está propenso a inclinar-se para o mal. Por isso, a moralidade requer uma livre escolha. Nesse sentido, o mal é radical porque o homem, mesmo tendo consciência de seus atos, o comete, prejudicando a si e aos outros.

Hannah Arendt, por sua vez, defende que o mal não resulta de uma escolha livre e deliberada, mas é caracterizado pela perda da **faculdade de julgar**, isto é, por uma obediência cega ao dever e pela falta do pensar. Desse modo, o mal é algo banal. Por isso, ela nos diz: "A minha opinião é de que o mal nunca é radical. É apenas extremo e não possui profundidade e nem qualquer dimensão demoníaca. Ele pode cobrir e deteriorar o mundo inteiro precisamente porque se espalha como um fungo na superfície. Essa é sua banalidade. Apenas o bem tem profundidade e pode ser radical". Em outras palavras, ela propõe que apenas o bem pode ser praticado de maneira profunda, isto é, a partir da reflexão e de uma escolha livre, pois o mal surge justamente da ausência de pensamento crítico.

Observando Adolf Eichmann, durante o julgamento, Arendt percebeu que não se tratava de uma personificação do mal, como era de se esperar, mas sim de um sujeito comum. Ela mesma o descreve como um homem quase calvo, magro, de meia-idade, pálido, dentes tortos, olhos míopes e com um leve tique na boca. Havia, portanto, um contraste entre aquela figura apática e aparentemente comum e as atrocidades praticadas por seu intermédio.

Como pode uma pessoa, que aparentemente não possui nada de diferente, que não parece ter nenhuma inclinação para a maldade, ser responsável pela morte de tantas outras pessoas? Arendt explica esse fenômeno dizendo que, pessoas como Eichmann, fazem parte das massas politicamente neutras e indiferentes. Na medida em que são indiferentes às questões políticas, essas pessoas são facilmente manipuláveis, podendo ser levadas a considerar atitudes de crueldade contra outros seres humanos como absolutamente "normais".

Assim, ela formula a ideia da **banalidade do mal**, ou seja, do mal como um fenômeno que ocorre quando a crueldade se torna algo corriqueiro na vida das pessoas. O próprio Adolf Eichmann, por exemplo, defendia-se de todas as acusações alegando que estava apenas cumprindo ordens, como se fosse um mero instrumento da vontade de seus superiores. Diante do Tribunal de Nuremberg, ele se expressava sempre por meio de frases feitas, como: "Eu não sou o monstro que vocês fazem de mim". Todo o seu discurso, reforçava apenas uma capacidade para seguir ordens de maneira incondicional e um profundo interesse por ascender socialmente.

Com isso, Arendt não pretende isentar Eichmann de seus crimes, mas sim demonstrar como a falta de pensamento crítico, a ausência de responsabilidade e a obediência cega são os fundamentos da banalização do mal. Outro ponto bastante controverso presente em *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*, é a denúncia feita por Hannah Arendt. Segundo ela, alguns dos líderes religiosos judeus colaboraram com os nazistas e, portanto, também deveriam ser responsabilizados. Essa denúncia fez com que ela perdesse boa parte dos seus amigos judeus.

Exercícios de fixação

1. Com base no pensamento de Hannah Arendt, explique por que o totalitarismo escapa ao modelo político proposto por Montesquieu.
 2. Segundo Hannah Arendt, qual é o princípio de ação nos regimes totalitaristas?
 3. Para Hannah Arendt, como o totalitarismo captura os indivíduos?
 4. Na perspectiva de Hannah Arendt, o que é ideologia?
 5. Explique a diferença entre o mal radical (Kant) e o mal banal (Hannah Arendt).
-

Exercícios de vestibulares



1. O julgamento de Eichmann no Tribunal de Nuremberg tornou-se um exemplo do tribunal Militar Internacional, criado na cidade alemã do mesmo nome, para julgar os principais criminosos da Segunda Guerra Mundial. As querelas envolvendo as defesas e acusações dos réus foram expressas numa das obras-primas do século XX da filósofa política Hannah Arendt: Eichmann em Jerusalém. Os argumentos de Arendt são expressos no axioma
 - a) A singularidade do mal.
 - b) A raridade do bem.
 - c) A banalidade do mal.
 - d) A excepcionalidade do bem.
 - e) A radicalidade do mal.

 2. De acordo com a filósofa Hannah Arendt, o totalitarismo é uma forma de governo essencialmente diferente de outras formas de opressão política conhecidas, como o despotismo, a tirania e a ditadura. Considerando as características e as expressões históricas do totalitarismo no século XX, assinale a afirmativa **INCORRETA**.
 - a) O totalitarismo procura reforçar a distinção entre esfera pública e esfera privada.
 - b) Nazismo e stalinismo são dois exemplos históricos de regimes totalitários.
 - c) A propaganda é um meio importante para a difusão da ideologia oficial nos governos totalitários.
 - d) Terror é um princípio fundamental da ação política totalitária.
 - e) No totalitarismo o discurso do líder é importante tanto no que diz quanto no que não diz. A mentira é uma ferramenta fundamental na narrativa totalitária
-

3. Leia abaixo o comentário que a filósofa Hannah Arendt fez sobre as ações do comandante do Reich, Adolf Karl Eichmann, acusado de crimes contra o povo judeu:

“Os feitos eram monstruosos, mas o executante (...) era ordinário, comum, e nem demoníaco nem monstruoso.”

Hannah Arendt, *A vida do espírito*. In: Eduardo Jardim de Moraes e Newton Bignotto, *Hannah Arendt: diálogos, reflexões e memórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.138.

Assinale a alternativa em que o fator cultural presente nas ações comentadas explicado CORRETAMENTE o fenômeno histórico acima mencionado:

- a) A execução de atos criminosos com requintes de crueldade, ordenada pelas autoridades, foi praticada por pessoas comuns, afetadas principalmente pela falta de alimento e de emprego.
- b) A banalidade na execução de crimes contra a humanidade se deve à burocratização do genocídio, implementada pela cúpula nazista, para liberar as pessoas de preocupações com a moral comum e com as leis.
- c) A participação da juventude hitlerista no processo de construção do nacionalismo reforçou o senso político de oposição aos regimes socialistas autoritários.
- d) A experiência nazista é um exemplo de fortalecimento da sociedade pelo Estado, criador de símbolos e valores culturais, que reforçam os princípios autoritários de governo.
- e) A banalidade do mal é uma adesão eticamente consciente ao mal radical. A única diferença entre o mal radical e o mal banal é que o primeiro é a origem e o segundo o desdobramento.



4. TEXTO I

Aquele que não é capaz de pertencer a uma comunidade ou que dela não tem necessidade, porque se basta a si mesmo, não é em nada parte da cidade, embora seja quer um animal, quer um deus.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TEXTO II

Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida de um eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

Associados a contextos históricos distintos, os fragmentos convergem para uma particularidade do ser humano, caracterizada por uma condição naturalmente propensa à

- a) atividade contemplativa.
 - b) produção econômica.
 - c) articulação coletiva.
 - d) criação artística.
 - e) crença religiosa.
-

5. Três décadas – de 1884 a 1914 – separam o século XIX – que terminou com a corrida dos países europeus para a África e com o surgimento dos movimentos de unificação nacional na Europa – do século XX, que começou com a Primeira Guerra Mundial. É o período do Imperialismo, da quietude estagnante na Europa e dos acontecimentos empolgantes na Ásia e na África.

ARENDR, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

O processo histórico citado contribuiu para a eclosão da Primeira Grande Guerra na medida em que

- a) difundiu as teorias socialistas.
 - b) acirrou as disputas territoriais.
 - c) superou as crises econômicas.
 - d) multiplicou os conflitos religiosos.
 - e) conteve os sentimentos xenófobos.
6. Subjaz na propaganda tanto política quanto comercial a ideia de que as massas podem ser conquistadas, dominadas e conduzidas, e, por isso, toda e qualquer propaganda tem um traço de coerção. Nesse sentido, a filósofa Hannah Arendt diz que “não apenas a propaganda política, mas toda a moderna publicidade de massa contém um elemento de coerção”.

AGUIAR, O. A. *Veracidade e propaganda em Hannah Arendt*. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 10. São Paulo: EdUSP, 2007 (adaptado).

À luz do texto, qual a implicação da publicidade de massa para a democracia contemporânea?

- a) O fortalecimento da sociedade civil.
 - b) A transparência política das ações do Estado.
 - c) A dissociação entre os domínios retóricos e a política.
 - d) O combate às práticas de distorção de informações.
 - e) O declínio do debate político na esfera pública.
-

7. Durante o século XX, a filósofa Hannah Arendt afirmou que existe uma antiga resposta para a pergunta sobre o sentido da política tão simples e concludente, que poderia dispensar outras respostas por completo. De acordo com o que explana Hannah Arendt em *O que é política?* esse sentido da política é:
- a) o poder
 - b) a administração
 - c) a liberdade
 - d) a igualdade
 - e) o bem

8. Hannah Arendt, em *"A Condição Humana"*, aponta que os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens, são:
- a) ação e discurso
 - b) arte e linguagem
 - c) liberdade e expressão
 - d) trabalho e discurso
 - e) ação e liberdade

9. As histórias, resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas este agente não é autor nem produtor. Alguém a iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, mas ninguém é seu autor.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Apud SÁTIRO, A.; WUENSCH, A. M. *Pensando melhor – iniciação ao filosofar*. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 24.

A filósofa alemã Hannah Arendt foi uma das mais refinadas pensadoras contemporâneas, refletindo sobre eventos como a ascensão do nazismo, o Holocausto, o papel histórico das massas etc. No trecho citado, ela reflete sobre a importância da ação e do discurso como fomentadores do que chama de "negócios humanos". Nesse sentido, Arendt defende o seguinte ponto de vista:

- a) a condição humana atual não está condicionada por ações anteriores, já que cada um é autor de sua existência.
 - b) a necessidade do ser humano de ser autor e produtor de ações históricas lhe tira a responsabilidade sobre elas.
 - c) o agente de uma nova ação sempre age sob a influência de teias preexistentes de ações anteriores.
 - d) o produtor de novos discursos sempre precisa levar em conta discursos anteriores para criar o seu.
 - e) Toda ação é original, pois é resultado da inventividade e criatividade humana.
-

10. (Enem 2019) Essa atmosfera de loucura e irrealidade, criada pela aparente ausência de propósitos, é a verdadeira cortina de ferro que esconde dos olhos do mundo todas as formas de campos de concentração. Vistos de fora, os campos e o que neles acontece só podem ser descritos com imagens extraterrenas, como se a vida fosse neles separada das finalidades deste mundo. Mais que o arame farpado, é a irrealidade dos detentos que ele confina que provoca uma crueldade tão incrível que termina levando à aceitação do extermínio como solução perfeitamente normal.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989 (adaptado).

A partir da análise da autora, no encontro das temporalidades históricas, evidencia-se uma crítica à naturalização do(a):

- a) Ideário nacional, que legitima as desigualdades sociais.
- b) Alienação ideológica, que justifica as ações individuais.
- c) Cosmologia religiosa, que sustenta as tradições hierárquicas.
- d) Segregação humana, que fundamenta os projetos biopolíticos.
- e) Enquadramento cultural, que favorece os comportamentos punitivos.

Se liga!

Sua específica é humanas e quer continuar treinando esse conteúdo?
Clique [aqui](#) para fazer uma lista extra de exercícios

Gabaritos

Exercícios de fixação

1. De acordo com Hannah Arendt, o totalitarismo escapa a esse modelo analítico da política clássica de Montesquieu. Para ela, todo esse esquema se baseia na separação da vida em esfera pública e esfera privada. Assim, as relações políticas dos indivíduos pertencem apenas à esfera pública, enquanto na esfera privada estão as relações pessoais. Entretanto, o totalitarismo pretende a dominação total do ser humano, apagando a distinção entre o público e o privado.
2. Segundo Hannah Arendt, o princípio de ação de um governo totalitário não é nem a honra, nem a virtude, nem o medo, mas o terror. Embora, nesse caso, os governados também sintam medo, o princípio de ação que move os governantes totalitaristas é o terror que eles imprimem.
3. Para Hannah Arendt, o totalitarismo captura os indivíduos porque eles se encontram isolados, sem laços sociais, formando assim uma sociedade atomizada. Segundo ela, o terror totalitário consegue unir esses indivíduos isolados na mesma medida em que amplia ainda mais o isolamento, isso possibilita uma dominação completa sem qualquer resistência.
4. De acordo com Hannah Arendt, é comum aos regimes totalitaristas a construção de uma ideologia, isto é, de um sistema explicativo do mundo e da vida, que não tem necessariamente uma relação com a experiência concreta, mas explica tudo, tanto o passado quanto o futuro.
5. Para Kant, o mal radical se refere estritamente à esfera da ação humana. Ou seja, à ideia de que o homem, sendo livre, tem a disposição para fazer o bem, mas está propenso a inclinar-se para o mal. Por isso, a moralidade requer uma livre escolha. Nesse sentido, o mal é radical porque o homem, mesmo tendo consciência de seus atos, o comete, prejudicando a si e aos outros.

Hannah Arendt, por sua vez, defende que o mal não resulta de uma escolha livre e deliberada, mas é caracterizado por uma obediência cega ao dever e pela falta do pensar. Desse modo, o mal é algo banal. Por isso, ela nos diz: "A minha opinião é de que o mal nunca é radical. É apenas extremo e não possui profundidade e nem qualquer dimensão demoníaca. Ele pode cobrir e deteriorar o mundo inteiro precisamente porque se espalha como um fungo na superfície. Essa é sua banalidade. Apenas o bem tem profundidade e pode ser radical".

Exercícios de vestibulares

1. C
Os argumentos de Hannah Arendt são explicados com a expressão "banalidade do mal". O caso do julgamento de Eichmann leva a filósofa alemã a considerar que aquele homem não parecia ser monstruoso, não parecia ser capaz de ter participado das atrocidades do regime nazista. Isso ocorre por conta da banalização do mal, ou seja, quando o mal se torna algo corriqueiro, cotidiano. Essa situação acontece quando as pessoas aceitam passivamente ordens sem questionar, tornando-se meros funcionários que obedecem a ordens.
-

2. **A**

De acordo com a filósofa alemã Hannah Arendt, o fenômeno político do século XX denominado totalitarismo não é caracterizado pelo reforço da distinção entre o âmbito público e o âmbito privado. Pelo contrário, os regimes totalitários fazem essa distinção desaparecer, de modo que na vida privada dos indivíduos seja sempre estimulada a obediência e a aceitação passiva da ideologia oficial do regime. Desse modo, a única alternativa incorreta é a letra A.

3. **B**

Quando pensamos na análise que Hannah Arendt faz do julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann, devemos lembrar do seu conceito de “banalidade do mal”. Esse conceito nos remete a ideia de que nos regimes totalitários há uma naturalização da maldade, que é vista como algo cotidiano, como algo que faz parte da rotina e que, portanto, não mereceria uma reflexão mais profunda. Em última análise, numa sociedade voltada para a obediência, nem mesmo o genocídio passa a ser questionado como algo que poderia ser evitado. Por conta disso tudo, a alternativa correta é a letra B.

4. **C**

Hannah Arendt, inspirada nas concepções políticas da Antiguidade, percebe o ser humano como invariavelmente político, só podendo atribuir sentido à vida quando em coletividade e ativo na esfera pública. O que distingue o ser humano é o discurso e esse é uma ação estritamente política que se manifesta na pluralidade gerando o espaço público.

5. **B**

O texto, hoje clássico de Hannah Arendt sobre o totalitarismo, apresenta um trecho que começa afirmando que a transição do século XIX para o XX durou três décadas. O texto destaca o imperialismo, que se estendeu até o continente africano e asiático, acirrando os interesses territoriais das potências europeias, como diz a alternativa B. Tudo isso desemboca na Primeira Guerra Mundial.

6. **E**

A propaganda se estabelece como uma forma de convencer e resulta na produção de uma homogeneidade do pensamento levando ao declínio do debate público. É notável o avanço da influência da mídia e da propaganda nos tempos atuais em que algoritmos de redes sociais definem o que teremos contato da esfera supostamente pública e oferecem para nós produtos personalizados, escolhidos de acordo com nosso comportamento. Isso tem levado ao isolamento dos grupos sociais em bolhas e ao atrofiamento do espaço público impedindo o diálogo.

7. **C**

De acordo com a filósofa, palavra e ação, para se converterem em política, requerem a existência de um espaço que permite o aparecimento da liberdade. O sentido da política é a liberdade na medida em que a ação humana pode desencadear um mundo de possibilidades, pois a existência da humanidade se deve à necessidade de renovação, mesmo diante do esgotamento do possível. Para Arendt, o milagre não é algo extra-humano, mas sim a capacidade humana de realizar o improvável e é justamente por isso que o sentido da política é a liberdade.

8. A

A comunicação entre os seres humanos só existe, de acordo com Hannah Arendt, na medida em que somos simultaneamente agentes e espectadores. O agente se revela no discurso e na ação, tal como afirma a filósofa em sua obra *A condição humana*. É assim que o agente se revela para os outros, para aqueles que se posicionam como espectadores, ou para si próprio. Nessa perspectiva, os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros são ação e discurso.

9. C

Do trecho citado da filósofa Hannah Arendt, pode-se deduzir muito claramente que qualquer ação nova deverá ocorrer sob a influência de uma gama de acontecimentos anteriores, ou seja, toda ação tem a influência de uma teia de ações que foram praticadas anteriormente da qual não podemos nos afastar totalmente. Esse é o nível da ação na condição humana, o plano da pluralidade. Nesse sentido, a única alternativa correta é a letra C.

10. D

O trecho retirado da obra *As Origens do Totalitarismo*, de Hannah Arendt reforça a ideia de que os campos de concentração, e os detentos neles confinados, estão envoltos por uma atmosfera de irrealidade, como se não existissem ou estivessem separados deste mundo. Nesses lugares, mais do que o encarceramento e os castigos físicos, representados pelo arame farpado, há um processo de desumanização dos detentos. Essa desumanização (ou irrealidade) justifica todo tipo de crueldade e segregação, tornando aceitável até mesmo projetos biopolíticos, como o extermínio.

Foucault e a microfísica do poder

Objetivo

Enfatizar o que é poder e as relações estabelecidas através dele. Entender a proposta de Foucault sobre a noção de que o poder pode ser estabelecido em diferentes instâncias e não exclusivamente num caráter vertical. As instituições sociais têm papel importante nesse poder estabelecido, além de mostrar um mecanismo sutil de docilização dos corpos.

Curiosidade

O tema da vigilância, bem como a sua relação com os mecanismos de controle, não foi uma exclusividade de Foucault. Em 1949, portanto 26 anos antes de *Vigiar e Punir*, o jornalista e escritor britânico conhecido como George Orwell publicou *1984*. Nessa obra, Orwell descreve uma realidade distópica, onde um governo autoritário liderado pela figura do Grande Irmão (*Big Brother*) instala câmeras de monitoramento por toda a cidade, além de telas no interior das residências. Há, portanto, um sistema de vigilância constante, onde as pessoas não possuem qualquer tipo de privacidade.

Teoria

Microfísica do poder

Por mais que as suas obras sejam diferentes entre si, todas elas têm como objetivo central desvendar o que é o poder e as formas como ele se exerce. Obviamente, antes de Foucault, vários outros filósofos como Maquiavel e Marx, por exemplo, já haviam discutido esse tema. Entretanto, a abordagem foucaultiana foi totalmente inovadora – e por várias razões.

Em primeiro lugar, diferente dos filósofos que o precederam, Foucault não acreditava que o poder fosse apenas uma parte específica das relações humanas. Para ele, o poder é a própria **base dessas relações**, é a malha a partir da qual elas se efetivam. Por isso, todas as relações humanas são relações de poder.

Além disso, Foucault discordava da ideia segundo a qual existem formas de poder mais significativas do que outras, como se a violência e a dominação pudessem se reduzir a uma única forma ou modelo. Na verdade, como o poder está presente em tudo o que o homem faz, o que há são variadas formas de exercício do poder, múltiplas e irredutíveis entre si.

Por fim, Foucault se contrapõe à tese de que, nas relações de poder, alguns sujeitos detêm a força e a dominação, enquanto outros são meramente passivos, oprimidos e violentados. Segundo ele, o **poder é sempre relacional**. Ou seja, onde há poder, há também resistência ou os chamados **contrapoderes**.

Desse modo, a visão geral que ele desenvolveu a respeito do poder moldou também as suas pesquisas e o seu trabalho como intelectual. Uma vez que, ao pensarem o poder como algo localizado, uniforme e não-relacional, os filósofos tradicionais, sempre que se dispuseram a analisar o exercício da dominação, acabaram por privilegiar o estudo das grandes instituições sociais, daqueles que obviamente exercem poder, tais como o Estado, as forças armadas, as organizações religiosas e o sistema econômico.

Foucault, por sua vez, ao pensar o poder como a base de todas as relações sendo, portanto, múltiplo e relacional, procurou mostrar, acima de tudo, como o poder se encontra presente nos ambientes, circunstâncias em que nós menos imaginamos, tais como a **escola**, a **ciência**, o **hospital**, a **prisão** etc. Por isso, ele buscou compreender como o poder se exerce através das teorias científicas ou dos discursos sobre a sexualidade e a loucura, por exemplo.

Biopoder

Nesse esforço de desvendar os mecanismos da dominação, Foucault elaborou uma teoria a respeito da forma de exercício do poder predominante na sociedade capitalista: o **biopoder** ou **biopolítica**. Como o próprio nome indica, o biopoder está associado à vida, mas como assim? Foucault considerava que a melhor forma de compreender o biopoder é compará-lo com o modo de exercício do poder tipicamente vigente antes dele: o chamado **poder de morte** ou **direito de soberania**.

De fato, nas sociedades absolutistas e pré-capitalistas, o rei, como soberano, concentrava todo o poder político e possuía total domínio sobre os súditos. Esse enorme poder, manifestava-se, sobretudo, através da morte, seja quando ele condenava alguém à pena capital, matando o súdito diretamente, seja quando ele o enviava à guerra, expondo-o assim à possibilidade de morrer. Em outras palavras, o direito de soberania, exercido pelos reis, era um poder que controlava a vida encerrando-a. Ou seja, que exercia a sua dominação extinguindo as forças vitais do indivíduo.

No entanto, com a industrialização, tornou-se necessário constituir um novo tipo de poder, cujo objetivo não é mais violentar ou diminuir a vitalidade dos indivíduos, mas sim aumentá-la e fortalecê-la. Surge, portanto, o **biopoder**, isto é, um poder que visa **aumentar a vitalidade dos indivíduos** para melhor controlá-los. Não à toa, o século XIX é o século de formação da biologia como ciência, do malthusianismo, da preocupação com o controle de natalidade, do darwinismo social, da condenação da homossexualidade como doença (e não apenas como pecado), dos ideólogos do racismo, etc.

De fato, o biopoder ou biopolítica, em todas as suas manifestações (umas julgadas comumente como boas e outras como terríveis), parte sempre do mesmo princípio: trata-se de potencializar a vida humana, de fortalecer a saúde do indivíduo, para que este se torne mais produtivo. Em outras palavras, para que ele se torne mais útil ao sistema econômico vigente e ao organismo social como um todo.

Portanto, ao contrário do direito de soberania, que se exercia pela violência física e pela extinção da vida do indivíduo, o biopoder se exerce de modo sutil: não pelo enfraquecimento das forças vitais, mas pelo seu controle mais eficiente; não pela diminuição da saúde do corpo, mas pelo seu **adestramento**.

Filosofia

Assim, o biopoder se exerce, sobretudo, através das normas, das regras, dos regulamentos. Sua lógica é a da **disciplinarização** e da **docilização dos corpos**. Para Foucault, o símbolo da sociedade disciplinar em que vivemos é o **panóptico**. O panóptico foi um modelo prisional proposto pelo filósofo inglês Jeremy Bentham. Nesse modelo, haveria uma torre de vigilância centralizada, com diversas celas no entorno.

Essa pequena mudança na estrutura das prisões permitiria, ao mesmo tempo, reduzir os custos e intensificar os mecanismos de controle. Uma vez que os vigilantes observariam as celas, do alto da torre, sem serem observados, o que produziria entre os presos uma dúvida da vigilância e garantiria o bom comportamento mesmo se ninguém estivesse olhando.

Exercícios de fixação

1. De acordo com Foucault, o direito de soberania se manifestava através da:
 - a) vida
 - b) obediência
 - c) morte
 - d) misericórdia

 2. De acordo com Foucault, o objetivo do biopoder é:
 - a) aumentar a vitalidade dos indivíduos
 - b) extinguir a vida dos súditos
 - c) proteger a biodiversidade
 - d) reduzir a vitalidade dos indivíduos

 3. Segundo Foucault, o biopoder se exerce, sobretudo, através das:
 - a) normas
 - b) vontades individuais
 - c) punições físicas
 - d) doutrinas religiosas

 4. Para Foucault, o símbolo da sociedade disciplinar em que vivemos é
 - a) a bíblia
 - b) o dinheiro
 - c) o panóptico
 - d) o amor

 5. Explique a diferença entre o direito de soberania e o biopoder.
-

Exercícios de vestibulares



1. (UFPR 2020) Eis como ainda no início do século XVII se descrevia a figura ideal do soldado. O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia. [...] Na segunda metade do século XVIII, o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos.

(FOUCAULT, Michel. *Os corpos dóceis*. In: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 162.)

Levando em conta essa passagem e a obra em que está inserida, é correto afirmar que, para Michel Foucault, instituições como escolas, quartéis, hospitais e prisões são exemplos de espaços em que, a partir do século XVIII, os indivíduos:

- a) são educados de modo a se tornarem autônomos.
 - b) aprendem a conviver uns com os outros.
 - c) encontram as condições de segurança e bem-estar.
 - d) se tornam mais vigorosos e valentes.
 - e) se fazem objeto do poder disciplinar.
2. (Enem LIBRAS 2017) O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções, que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Na perspectiva de Michel Foucault, o processo mencionado resulta em

- a) declínio cultural.
 - b) segregação racial.
 - c) redução da hierarquia.
 - d) totalitarismo dos governos.
 - e) modelagem dos indivíduos.
-

3. (UEMA 2015) Gilberto Cotrim (2006. p. 212), ao tratar da pós-modernidade, comenta as ideias de Michel Foucault, nas quais “[...] as sociedades modernas apresentam uma nova organização do poder que se desenvolveu a partir do século XVIII. Nessa nova organização, o poder não se concentra apenas no setor político e nas suas formas de repressão, pois está disseminado pelos vários âmbitos da vida social [...] [e] o poder fragmentou-se em micropoderes e tornou-se muito mais eficaz. Assim, em vez de se deter apenas no macro poder concentrado no Estado, [os] micropoderes se espalham pelas mais diversas instituições da vida social. Isto é, os poderes exercidos por uma rede imensa de pessoas, por exemplo: os pais, os porteiros, os enfermeiros, os professores, as secretarias, os guardas, os fiscais etc.”

Fonte: COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas*. São Paulo: Saraiva, 2006. (adaptado)

Pelo exposto por Gilberto Cotrim sobre as ideias de Foucault, a principal função dos micropoderes no corpo social é interiorizar e fazer cumprir

- a) o ideal de igualdade entre os homens.
 - b) o total direito político de acordo com as etnias.
 - c) as normas estabelecidas pela disciplina social.
 - d) a repressão exercida pelos menos instruídos.
 - e) o ideal de liberdade individual.
4. (UNICHRISTUS 2015) Texto para a questão.

Para dizer as coisas mais simplesmente: o internamento psiquiátrico, a normalização mental dos indivíduos, as instituições penais têm, sem dúvida, uma importância muito limitada se se procura somente sua significação econômica. Em contrapartida, no funcionamento geral das engrenagens do poder, eles são, sem dúvida, essenciais. Enquanto se colocava a questão do poder subordinando-o à instância econômica e ao interesse que garantia, dava-se pouca importância a estes problemas.

Michel Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

Foucault, ao explicar suas ideias no texto, faz-nos inferir que

- a) não podemos entender as relações de poder reduzindo-as à sua dimensão econômica ou à esfera do Estado.
 - b) devemos entender as relações do poder como responsabilidade somente do Estado.
 - c) as estruturas de poder não extrapolam o Estado e não são evidentes nas diversas práticas sociais.
 - d) os governantes detêm o poder em todas as esferas das relações sociais.
 - e) o interesse do poder está relacionado às práticas sociais e desvinculado do Estado.
-



5. (UNIC 2018) Para Foucault, [...] nós sentimos que, a todo momento, estamos sendo vigiados, muito embora não saibamos se existe realmente alguém nos vigiando. Com o passar do tempo, internalizamos o vigia: nos tornamos úteis, dóceis e disciplinados, uma vez que incorporamos as regras e normas sociais, como se houvesse uma torre e alguém a nos vigiar e punir. O fato de termos nossas ações registradas, vigiadas e gravadas, combinado ao fato de que nós mesmos, espontaneamente, vigiamos uns aos outros, garantem o funcionamento automático do poder.

[...] Foucault nos mostra como esse sistema nos impõe uma disciplina e um mecanismo de autorrepressão, que aponta uma única forma de existir, uma única maneira de pensar, uma única maneira de ser feliz, em suma, uma única maneira de construir-se a si mesmo. Na prática, seria uma "ditadura interna", que pode ser tão terrível quanto uma ditadura no sentido político, já que atinge o âmago de nossa individualidade.

(PARA FOUCAULT... 2018. p. 178).

O processo de disciplinarização, descrito pelo filósofo Michel Foucault, pode ser identificado

- a) nos mecanismos de controle estabelecidos dentro das fábricas, como a regulamentação dos horários de intervalo na produção, e na regulação da vida dos operários fora das indústrias, como o lazer, no processo da Revolução Industrial.
 - b) na fase do governo jacobino, durante a época do Terror, no processo da Revolução Francesa, quando o governo revolucionário suprimiu os princípios básicos da liberdade e fraternidade, em nome do estabelecimento da igualdade social.
 - c) na proibição das greves e das organizações trabalhistas, como os sindicatos, como mecanismos de controle do Estado sobre a vida cotidiana da população, buscando a superação dos efeitos da Crise de 1929, na sociedade estadunidense.
 - d) no franquismo, quando o governo fascista espanhol, buscando fortalecer o poder estatal, controlou as instituições civis, políticas e religiosas, provocando a oposição da Igreja Católica, dos grandes latifundiários e empresários ao governo de Francisco Franco.
 - e) na concepção política do Partido Menchevique, no processo da Revolução Russa, defensor de um Estado autoritário que controlasse todos os aspectos da vida cotidiana e possibilitasse a transição imediata do regime czarista para o socialista.
-

6. (Enem 2019) Penso que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, que podemos encontrar no meio cultural.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

O texto aponta que a subjetivação se efetiva numa dimensão

- a) legal, pautada em preceitos jurídicos.
 - b) racional, baseada em pressupostos lógicos.
 - c) contingencial, processada em interações sociais.
 - d) transcendental, efetivada em princípios religiosos.
 - e) essencial, fundamentada em parâmetros substancialistas.
7. (PUC-PR 2009) Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, apresenta duas imagens de disciplina: a disciplina-bloco e a disciplina-mecanismo. Para mostrar como esses dois modelos se desenvolveram, o autor destaca dois casos: o medieval da peste e o moderno do panóptico. Assinale, portanto, a alternativa **incorreta**:
- a) A disciplina-bloco se estabeleceu com o esquema moderno do panóptico, uma vez que a disciplina mecanismo, desenvolvida no período medieval para resolver o problema da peste, estava em falência.
 - b) A disciplina-bloco se refere à instituição fechada, totalmente voltada para funções negativas, proibitivas e impeditivas.
 - c) A disciplina-mecanismo é um dispositivo funcional que visa otimizar e tornar mais rápido o exercício do poder, mediante o modelo panóptico.
 - d) É possível dizer que houve um processo de mudança da disciplina-bloco para a disciplina mecanismo, passando pelas etapas de inversão funcional das disciplinas, ramificação dos mecanismos e estatização dos mecanismos disciplinares.
 - e) A disciplina-mecanismo tem como estratégia a vigilância múltipla, inter-relacionada e contínua, pela qual o indivíduo deve saber que é vigiado e, por consequência, o poder se exerce automaticamente.
-

8. (Unioeste 2016) Os estudos realizados por Michel Foucault (1926-1984) apresentam interfaces que corroboram para estudos em diversas áreas de conhecimento, entre as quais a Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia, Psiquiatria, Medicina e Direito. Em 1975, Foucault publicou a obra “Vigiar e Punir: história da violência das prisões”, na qual propunha uma nova concepção de poder, a qual abandonava alguns postulados que marcaram a posição tradicional da esquerda do período. Sobre a concepção de poder foucaultiana, é CORRETO afirmar.
- a) Só exerce poder quem o possui, por se tratar de um privilégio adquirido pela classe dominante que detém o poder econômico.
 - b) O poder está centralizado na figura do Estado e está localizado no próprio aparelho de Estado, que é o instrumento privilegiado do poder.
 - c) Todo poder está subordinado a um modo de produção e a uma infraestrutura, pois o modo como a vida econômica é organizada determina a política.
 - d) O poder tem como essência dividir os que possuem poder (classe dominante) daqueles que não têm poder (classe dos dominados).
 - e) O poder não remete diretamente a uma estrutura política, ao uso da força ou a uma classe dominante: as relações de poder são móveis e só podem existir quando os sujeitos são livres e há possibilidade de resistência.

9. (Enem 2013) “O edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser, de celas. O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chamá-lo, se quiser, de alojamento do inspetor. A moral reformada; a saúde preservada; a indústria revigorada; a instrução difundida; os encargos públicos aliviados; a economia assentada, como deve ser, sobre uma rocha; o nó górdio da Lei sobre os Pobres não cortado, mas desfeito — tudo por uma simples ideia de arquitetura!”

BENTHAM, J. O panóptico. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Essa é a proposta de um sistema conhecido como panóptico, um modelo que mostra o poder da disciplina nas sociedades contemporâneas, exercido preferencialmente por mecanismos

- a) religiosos, que se constituem como um olho divino controlador que tudo vê.
 - b) ideológicos, que estabelecem limites pela alienação, impedindo a visão da dominação sofrida.
 - c) repressivos, que perpetuam as relações de dominação entre os homens por meio da tortura física.
 - d) sutis, que adestram os corpos no espaço-tempo por meio do olhar como instrumento de controle.
 - e) consensuais, que pactuam acordos com base na compreensão dos benefícios gerais de se ter as próprias ações controladas.
-

10. (Enem 2010) “A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror: a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo.”

(FOUCAULT, M. Aula de 14 de janeiro de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.)

O filósofo Michel Foucault (séc. XX) inova ao pensar a política e a lei em relação ao poder e à organização social. Com base na reflexão de Foucault, a finalidade das leis na organização das sociedades modernas é:

- a) combater ações violentas na guerra entre as nações.
- b) coagir e servir para refrear a agressividade humana.
- c) criar limites entre a guerra e a paz praticadas entre os indivíduos de uma mesma nação.
- d) estabelecer princípios éticos que regulamentam as ações bélicas entre países inimigos.
- e) organizar as relações de poder na sociedade e entre os Estados.

Se liga!

Sua específica é humanas e quer continuar treinando esse conteúdo?
Clique [aqui](#) para fazer uma lista extra de exercícios

Gabaritos

Exercícios de fixação

- 1. C**
De acordo com Foucault, o direito de soberania se manifestava através da morte, seja quando o soberano condenava alguém à pena capital, matando o súdito diretamente, seja quando ele o enviava à guerra, expondo-o assim à possibilidade de morrer.
- 2. A**
De acordo com Foucault, o objetivo do biopoder é aumentar a vitalidade dos indivíduos para melhor controlá-los.
- 3. A**
Segundo Foucault, o biopoder se exerce, sobretudo, através das normas, das regras, dos regulamentos. Sua lógica é a da disciplinarização e da docilização dos corpos.
- 4. C**
Para Foucault, o símbolo da sociedade disciplinar em que vivemos é o panóptico. O panóptico foi um modelo prisional proposto pelo filósofo inglês Jeremy Bentham.
- 5.** Diferente do direito de soberania, que se exercia pela violência física e pela extinção da vida do indivíduo, o biopoder se exerce de modo sutil: não pelo enfraquecimento das forças vitais, mas pelo seu controle mais eficiente; não pela diminuição da saúde do corpo, mas pelo seu adestramento.

Exercícios de vestibulares

- 1. E**
Como aponta Foucault, na passagem do antigo Regime para a modernidade, um novo tipo de poder passou a ser exercido na sociedade, o biopoder. Ele se faz presente através das instituições responsáveis por docilizar os corpos e adestrar os indivíduos. Essas instituições são escolas, empresas, hospitais, prisões e quartéis, onde a rígida, porém sutil, disciplina atua sobre o corpo e subjetividade das pessoas.
 - 2. E**
Para Foucault, as formas de poderes existentes na sociedade impõem modificações nos modos de agir dos indivíduos, a partir da coação de seus corpos, transformando-os em corpos úteis e passíveis de sujeição. Desse modo, incorporam-se características disciplinadoras nos corpos, através do controle e do adestramento que mede, corrige e hierarquiza corpos, em um processo que modela indivíduos.
-

3. C

Foucault entende o poder não como um objeto natural, mas uma prática social expressa por um conjunto de relações. Temos que pensar o poder não como uma "coisa" que uns têm e outros não, como, por exemplo, o pai e o filho, o rei e seus súditos, o presidente e seus governados etc., mas como uma relação que se exerce, que opera entre os pares: o filho que negocia com o pai, os súditos que reivindicam ao rei, os governados que usam dispositivos legais para fiscalizar o presidente etc. Desse ponto de vista, o poder não se restringe ao governo, mas espalha-se pela sociedade em um conjunto de práticas, a maioria delas essenciais à manutenção do Estado. O poder é uma espécie de rede formada por mecanismos e dispositivos que se espriam por todo o cotidiano – uma rede da qual ninguém pode escapar. Ele molda nossos comportamentos, atitudes e discursos. Compreender o Estado como portador do poder é um equívoco, pois além de ser dispendioso, o poder externo não é capaz de dar conta dos corpos individuais, esse poder não permeia a vida e não é capaz de controlar os indivíduos. Os micropoderes atuam de forma capilar e moldam por meio dos instrumentos do Estado as reações, domesticando os indivíduos, hierarquizando-os, normatizando comportamentos em suas relações. Isso ocorre desde as relações mais simples até as mais complexas, criando condições para estabelecer uma disciplina social ampla.

4. A

O pensamento de Foucault, expresso no texto, faz-nos inferir que o poder não se reduz à dimensão econômica ou à esfera estatal. Para ele, o poder é a base de todas as relações, sendo, portanto, múltiplo e relacional. Desse modo, ele procurou demonstrar, acima de tudo, como o poder se encontra presente nos ambientes e circunstâncias que nós menos imaginamos, tais como a escola, a ciência, o hospital, a prisão etc.

5. A

A alternativa A descreve perfeitamente o procedimento que promove a disciplinarização e que foi adotado pelas fábricas durante a Revolução Industrial. Antes do suplício, a instrução; antes do castigo, o controle. Desde jovens os membros dessas sociedades são condicionados a ficar em salas fechadas, sentados por longas horas realizando atividades relativamente vazias de sentido. As instituições disciplinadoras são conhecidas como instituições de sequestro.

6. C

Para Foucault, o corpo está inserido no social e, por isso, é marcado pelo social. Todas as relações sociais são relações de poder e, de acordo com cada momento sócio-histórico, as dinâmicas de sujeição ou liberação são subjetivadas pelos indivíduos.

7. A

A alternativa A está incorreta. A disciplina-bloco é apresentada por Foucault mediante o caso da peste, enquanto a disciplina-mecanismo relaciona-se com o modelo panóptico.

8. E

Foucault se contrapõe à tese de que, nas relações de poder, alguns sujeitos detêm a força e a dominação, enquanto outros são meramente passivos, oprimidos e violentados. Segundo ele, o poder é sempre relacional. Ou seja, onde há poder, há também resistência ou os chamados contrapoderes.

9. D

O panóptico foi um modelo prisional proposto pelo filósofo inglês Jeremy Bentham. Nesse modelo, haveria uma torre de vigilância centralizada, com diversas celas no entorno. Essa pequena mudança na estrutura das prisões permitiria, ao mesmo tempo, reduzir os custos e intensificar os mecanismos de controle, uma vez que os vigilantes observariam as celas do alto da torre, sem serem observados, o que produziria entre os presos uma dúvida da vigilância e garantiria o bom comportamento, mesmo se ninguém estivesse olhando. Assim, o panóptico é um mecanismo disciplinar sutil, na medida que adentra os corpos, não pela violência, mas por meio do olhar.

10. E

De acordo com Michel Foucault, embora as leis possam: combater ações violentas na guerra entre as nações; coagir e servir para refrear a agressividade humana; criar limites entre a guerra e a paz praticadas entre os indivíduos de uma mesma nação; estabelecer princípios éticos que regulamentam as ações bélicas entre países inimigos, a sua finalidade principal nas sociedades modernas é organizar as relações de poder entre os Estados.

Filosofia

Bauman

Objetivo

Compreender o conceito de modernidade líquida desenvolvido por Bauman, que diz respeito a uma nova época em que as relações sociais, econômicas e de produção são frágeis, fugazes e maleáveis, como os líquidos.

Curiosidade

Em 1943, no seu 18º aniversário, Zygmunt Bauman foi recrutado para a polícia de Moscou e, depois, para a 4ª Divisão da Infantaria sob o controle do Exército Vermelho.

Teoria

Quem foi Bauman?

Zygmunt Bauman nasceu no dia 19 de novembro de 1925 na cidade de Poznan, na Polônia. Filho de Maurycy Bauman e Zofia Kon, ambos de origem judaica. Mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, havia uma forte segregação espacial na maioria das cidades polonesas, que limitava onde os judeus podiam viver. Porém, no dia 1º de setembro de 1939, quando as tropas nazistas cruzaram a fronteira com a Polônia, a situação se agravou fazendo com que Bauman e sua família fossem obrigados a fugir de Poznan.

Em suas principais obras como *Modernidade líquida* (2001) e *Amor líquido* (2004), Bauman buscou compreender as especificidades da sociedade contemporânea. Com efeito, em seu entendimento, as teorias tradicionais de sociólogos como Karl Marx e Max Weber, ainda que úteis para explicar as origens do capitalismo e o início do processo de modernização, não são capazes de dar conta da explicação do mundo social de hoje, do capitalismo globalizado, da sociedade de espetáculo e de consumo.

Modernidade líquida

Embora não haja um consenso sobre o momento exato em que a modernidade se inicia, dois eventos históricos foram decisivos para o seu desenvolvimento. O primeiro deles, a Revolução Industrial, foi um conjunto de mudanças ocorridas na Europa, marcadas, sobretudo, pelo êxodo rural e pela invenção da máquina a vapor que levaram ao aumento da velocidade de produção e, por conseguinte, ao aumento da quantidade de mercadorias produzidas. O segundo, a Revolução Francesa, foi um momento de ruptura com as estruturas políticas e sociais do Antigo Regime, que culminou com a proclamação da Assembleia Constituinte e a queda da Bastilha, ambas em 1789.

Filosofia

Para Bauman, a principal característica da modernidade é a capacidade de derreter sólidos, isto é, de fazer com que as estruturas políticas, sociais e econômicas, assim como as próprias relações sociais, se dissolvam. Segundo ele, a modernidade se divide em duas etapas. Na primeira etapa, a **modernidade sólida**, a preocupação não é apenas a de dissolver o que foi recebido da tradição, mas também a de construir as bases para os novos sólidos. Tomemos como exemplo a Revolução Francesa, que destruiu (dissolveu) o Antigo Regime com o propósito de construir um novo sólido, fundamentado na razão e guiado pelos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Na segunda metade do século XX, os fenômenos sociais da globalização, da individualização e o avanço das tecnologias de comunicação transformaram a modernidade. Na segunda etapa, a **modernidade líquida**, os indivíduos, as instituições e a relação entre eles não têm mais uma forma rígida, duradoura e não há a perspectiva de criação de novos sólidos. Tudo está em constante transformação. Bauman encontra, na metáfora do líquido, a chave para descrever as características da sociedade atual, quais sejam, a incapacidade de manter a forma, a instabilidade e a mobilidade.

Na perspectiva baumaniana, o que caracteriza o mundo em que vivemos é a liquidez das relações sociais. Essa liquidez, consiste em uma espécie de cultura do descartável, onde tudo se torna fluido, volátil, impermanente. Os valores substanciais e tradicionais tendem a se enfraquecer, bem como o senso comunitário, enquanto o individualismo e as novas modalidades de interação social tendem a ganhar força.

A modernidade líquida está presente nos mais diversos aspectos da vida social. A própria percepção do tempo foi transformada pela liquidez. O tempo já não é mais cíclico, como nas mitologias; também não traz a ideia de linearidade, comum à visão ocidental. Nosso tempo é pontilhado, isto é, consiste em um conjunto de instantes encerrados em si mesmos e que não guardam qualquer relação com os instantes anteriores e nem com os que estão por vir.

Amor líquido

As relações afetivas, como o amor e a amizade também sofreram os efeitos da modernidade líquida. As novas tecnologias de comunicação, sobretudo as redes sociais e os sites de relacionamento, possibilitaram novas formas de interagir e se relacionar como, por exemplo, o relacionamento online. Escolher um(a) parceiro(a) pela internet é uma operação que se assemelha, de algum modo, a acessar um site de vendas para comprar um determinado produto. Tanto o site de vendas quanto o site de relacionamento nos colocam diante de uma espécie de catálogo, no qual podemos escolher aquilo que mais nos agrada. Nesse sentido, as relações amorosas se confundem com as relações de mercado.

A amizade, por sua vez, resume-se ao duplo movimento de conectar e desconectar. O grande atrativo das redes sociais não está, segundo Bauman, na facilidade de fazer amizades, mas sim na facilidade de desfazê-las. Os conflitos e constrangimentos provocados pelo término de uma amizade podem ser evitados, no ambiente virtual, com apenas um clique.

Outro aspecto importante da teoria de Bauman é o consumo. Segundo ele, o consumo organiza as relações sociais, sendo capaz de mudar o modo como as pessoas veem a si mesmas e como elas projetam a sua própria imagem para os demais. Nessa sociedade de consumidores, ninguém se torna sujeito sem primeiro virar mercadoria, o que também contribui para a instabilidade ou liquidez das relações.

Exercícios de fixação

1. De acordo com Bauman, qual é a principal característica da modernidade?
 - a) A capacidade de derreter sólidos
 - b) A capacidade de construir sólidos
 - c) A capacidade de reformar sólidos
 - d) A capacidade de resistir ao tempo

 2. De acordo com Bauman, na modernidade líquida, as relações amorosas
 - a) se tornaram sólidas e estáveis
 - b) se tornaram mais fortes e afetivas
 - c) se confundem com as relações de mercado
 - d) se confundem com as relações de poder

 3. Segundo Bauman, na modernidade líquida, a amizade se resume
 - a) à satisfação dos interesses individuais
 - b) ao duplo movimento de conectar e desconectar
 - c) à relação duradoura entre as partes
 - d) à escolha com base na virtude

 4. Com base no pensamento de Bauman, caracterize a modernidade sólida.

 5. Com base no pensamento de Bauman, caracterize a modernidade líquida.
-

Exercícios de vestibulares



1. (Unesp, 2015)

Texto 1

O livro *Cultura do narcisismo*, escrito por Christopher Lasch em 1979, é um clássico. O texto de Lasch mostra como o que era diagnosticado como patologia narcísica ou limítrofe nos anos 50 torna-se uma espécie de “normalidade compulsória” depois de duas décadas. Para que alguém seja considerado “bem-sucedido”, é trivialmente esperado que manipule sua própria imagem como se fosse um personagem, com a consequente perda do sentimento de autenticidade.

DUNKER, Christian. “A cultura da indiferença”. www.mentecerebro.com.br. Adaptado.

Texto 2

Zygmunt Bauman: Afastar-se da percepção de mundo consumista e do tipo de atitude individualista contra o mundo e as pessoas não é uma questão a ponderar, mas uma obrigação determinada pelos limites de sustentabilidade desse modelo da vida que pressupõe a infinidade de crescimento econômico. Segundo esse modelo, a felicidade está obrigatoriamente vinculada ao acesso a lojas e ao consumo exacerbado.

“Lojas são alívio a curto prazo, diz o sociólogo Zygmunt Bauman”. www.mentecerebro.com.br. Adaptado.

Considerando os textos, é correto afirmar que:

- a) para Bauman, as diretrizes liberais de crescimento econômico ilimitado prescindem de reflexão ética;
- b) ambos tratam do irracionalismo subjacente aos critérios de normalidade e de felicidade;
- c) a “cultura do narcisismo” apresenta um estilo de vida incompatível com a mentalidade consumista;
- d) a patologia narcísica analisada por Lasch é um fenômeno restrito ao domínio psiquiátrico;
- e) ambos abordam problemas historicamente superados pelas sociedades ocidentais modernas.

2. (Unioeste, 2012) Segundo Zygmunt Bauman, a Sociologia é constituída por um conjunto considerável de conhecimentos acumulados ao longo da história. Pode-se dizer que a sua identidade forma-se na distinção com o chamado senso comum. Considerando que a Sociologia estabelece diferenças com o senso comum e estabelece uma fronteira entre o pensamento formal e o senso comum, é correto afirmar que

- a) a Sociologia se distingue do senso comum por fazer afirmações corroboradas por evidências não verificáveis, baseadas em ideias não previstas e não testadas.
 - b) o pensar sociologicamente caracteriza-se pela descrença na ciência e pouca fidedignidade de seus argumentos. O senso comum, ao contrário, evita explicações imediatas ao conservar o rigor científico dos fenômenos sociais.
 - c) pensar sociologicamente é não ultrapassar o nível de nossas preocupações diárias e expressões cotidianas, enquanto o senso comum preocupa-se com a historicidade dos fenômenos sociais.
 - d) o pensamento sociológico se distingue do senso comum na explicação de alguns eventos e circunstâncias, ou seja, enquanto o senso comum se preocupa em analisar e cruzar diversos conhecimentos, a Sociologia se preocupa apenas com as visões particulares do mundo.
 - e) um dos papéis centrais desempenhados pela Sociologia é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais, conservando o rigor original exigido no campo científico.
-

3. (UENP 2011)

Texto 1

“A insegurança ambiente concentra-se no medo pela segurança pessoal; que por sua vez aguça ainda mais a figura ambígua e imprevisível do estranho. Estranho na rua, gatuno perto de casa... Alarmes contra assalto, bairros vigiados e patrulhados, condomínios fechados, tudo isso serve ao mesmo propósito: manter os estranhos afastados. A prisão é apenas a mais radical dentre muitas medidas – diferente do resto pelo suposto grau de eficiência, não por sua natureza. As pessoas que cresceram numa cultura de alarmes contra ladrões tendem a ser entusiastas naturais das sentenças de prisão e de condenações cada vez mais longas. Tudo combina muito bem e restaura a lógica ao caos da existência.”

(Zygmunt Bauman. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999)

Texto 2

“Depois de vinte anos sem prestar atenção nas consequências sociais e humanas de um capitalismo global incontido, o presidente do Banco Mundial chegou à conclusão de que, para a maior parte da população mundial, a palavra ‘globalização’ sugere ‘medo e insegurança’ em vez de ‘oportunidade e inclusão’.”

(Eric Hobsbawn, *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007)

Texto 3

“Entre os jovens, cada vez mais prevalece o ‘cada um por si’. Mais do que a amizade, são redes de cumplicidade que orientam a busca da sobrevivência, a abstenção da balbúrdia política. A sociedade pretensamente sem classes resulta num egoísmo cheio de cautela. Tal como o capitalismo. Isso significa que as ‘derivações’, para falar como Pareto, têm pouca influência e o homem continua a ser o que é (mais hobbesiano e menos rousseauísta), sejam quais forem o sistema político e a ideologia que o legitimam.”

(Gerard Vincent, *Uma história do segredo?* São Paulo: Companhia das Letras, 2009)

A cultura contemporânea é marcada pelo medo do outro, pelo egoísmo e pela intolerância; é possível identificar, ainda, uma ideologia que é caracterizada pela ausência de fraternidade, pela desintegração dos laços humanos e pela solidão. Entre as principais críticas relacionadas a essa problemática (guerra civil, democracia e exclusão) estão as queixas ao sistema representativo, as queixas de direito e justiça, as queixas econômicas. Sobre o tema assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O ceticismo quanto à política – sobretudo a democracia – acompanha esta mesma linha de raciocínio. As relações autônomas minoram a criação de uma identidade e os direitos já reconhecidos, poucas vezes são efetivados. A solidão cresce na mesma proporção da atitude cética.
 - b) Embora haja medo do outro, as culturas de um modo geral estão se abrindo para acolher o diferente, e isso pode ser percebido tanto na Europa, com relação ao mulçumano, quanto no Brasil, com relação aos negros e indígenas, por exemplo.
 - c) As queixas de representatividade se dirigem tanto às distorções de representação internas de cada Estado, quanto externas, voltadas a atacar as distorções de representatividade existentes na Organização das Nações Unidas, por exemplo.
 - d) As queixas de direito e justiça ocorrem porque, a despeito de serem frequentemente reconhecidos nas constituições nacionais, não são efetivados especialmente no tocante aos grupos minoritários, isso tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo subdesenvolvido, o que tem colaborado para o aumento do número de movimentos que têm por escopo a reivindicação de direitos, ou da efetivação dos já reconhecidos.
 - e) Quanto às queixas econômicas, diga-se que estão relacionadas ao alcance da pobreza no mundo de hoje. Embora presente no mundo todo, ela é distribuída de forma desigual, de acordo com critérios de raça, etnia e gênero. Por exemplo, encontram-se no sul da Ásia e na África subsaariana aproximadamente 70% da população mundial que vivem com menos de um dólar por dia.
-



4. (UEL, 2008) Como observam os pesquisadores do Instituto de Estudos Avançados da Cultura da Universidade de Virgínia, os executivos globais que entrevistaram “vivem e trabalham num mundo feito de viagens entre os principais centros metropolitanos globais – Tóquio, Nova York, Londres e Los Angeles. Passam não menos do que um terço de seu tempo no exterior. Quando no exterior, a maioria dos entrevistados tende a interagir e socializar com outros globalizados... Onde quer que vão, hotéis, restaurantes, academias de ginástica, escritórios e aeroportos são virtualmente idênticos. Num certo sentido habitam uma bolha sociocultural isolada das diferenças mais ásperas entre diferentes culturas nacionais... São certamente cosmopolitas, mas de maneira limitada e isolada.” [...] A mesmice é a característica mais notável, e a identidade cosmopolita é feita precisamente da uniformidade mundial dos passatempos e da semelhança global dos alojamentos cosmopolitas, e isso constrói e sustenta sua secessão coletiva em relação à diversidade dos nativos. Dentro de muitas ilhas do arquipélago cosmopolita, o público é homogêneo, as regras de admissão são estrita e meticulosamente (ainda que de modo informal) impostas, os padrões de conduta precisos e exigentes, demandando conformidade incondicional. Como todas as “comunidades cercadas”, a probabilidade de encontrar um estrangeiro genuíno e de enfrentar um genuíno desafio cultural é reduzida ao mínimo inevitável; os estranhos que não podem ser fisicamente removidos por causa do teor indispensável dos serviços que prestam ao isolamento e autocontenção ilusória das ilhas cosmopolitas são culturalmente eliminados – jogados para o fundo “invisível” e “tido como certo”.

(BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 53-55.)

De acordo com o texto, é correto afirmar que a globalização estimulou

- a) a disseminação do cosmopolitismo, que rompe as fronteiras étnicas, quando todos são viajantes.
- b) um novo tipo de cosmopolitismo, que reforça o etnocentrismo de classe e de origem étnica.
- c) a interação entre as culturas nativas, as classes e as etnias, alargando o cosmopolitismo dos viajantes de negócio.
- d) o desenvolvimento da alteridade através de uma cultura cosmopolita dos viajantes de negócios.
- e) a emergência de um novo tipo de viajantes de negócios, envolvidos com as comunidades e culturas nativas dos países, onde se hospedam.

5. “Ver TV é um dos principais deveres do sociólogo. É ali, no mundo tal como ele é visto na TV, que a maioria das pessoas passa boa parte de suas vidas e adquire grande parcela de seu conhecimento do mundo. O Lebenswelt [mundo em que vivemos], o principal objeto de nosso estudo e o principal alvo de nossas mensagens, estaria dolorosamente incompleto hoje se fosse privado dos ingredientes fornecidos pela TV on-line. Recusar-se a ver TV equivale a dar as costas a uma parte considerável, e ainda em crescimento, da experiência humana contemporânea. Essa é uma consideração que deveria orientar e ditar a seleção daquilo que os sociólogos devem ver, e não, lamentavelmente, sua estética ou outras preferências voltadas para a busca do prazer. Mas quem disse que o trabalho dos sociólogos deve ser – está fadado a ser – invariavelmente prazeroso?”.

(BAUMAN, Z. P. *Para que serve a sociologia? Diálogos com Michael Hviid Jacobsen e Keith Tester*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015, p. 129 e 130).

A partir do texto acima e de teorias sociológicas sobre mídias, publicidade e consumo, assinale o que for correto.

- a) A televisão, em nossa sociedade, está relacionada ao entretenimento, o que anula o interesse de qualquer pesquisa objetiva sobre a sociedade a partir de sua observação.
 - b) A análise sociológica de telejornais, telenovelas, programação infantil, pode focar os indivíduos em situação de vulnerabilidade intelectual.
 - c) Pesquisar programas televisivos é algo irrelevante para a sociologia contemporânea devido à baixa qualidade da programação.
 - d) Considerando o caráter subjetivo da pesquisa sociológica, seus praticantes devem se ocupar apenas daquilo que lhes seja agradável.
 - e) O papel social da TV como meio de expressão, canal midiático e mediador de publicidade e consumo, a torna um fenômeno sociologicamente relevante.
-

6. “Mas a vocação da sociologia é fornecer orientação em um mundo reconhecidamente em mudança. E essa vocação só pode ser realizada delineando-se as mudanças e suas consequências, assim como investigando as estratégias de vida adequadas para lidar com suas exigências. Creio que um mundo que exige uma reorientação contínua é o hábitat natural da pesquisa sociológica e dos serviços que a sociologia pode e deve oferecer”.

(BAUMAN, Z. *Para que serve a sociologia?* Rio de Janeiro: Zahar, 2015, p. 59).

Considerando o texto citado e conhecimentos sobre o surgimento e a institucionalização das Ciências Sociais, assinale o que for **incorreto**.

- a) Uma das tarefas da sociologia é mostrar como os problemas pessoais estão interligados a questões de ordem pública e coletiva.
 - b) A sociologia se constitui num tipo de conhecimento relevante tanto para os cientistas e especialistas quanto para todos aqueles afetados pelos resultados de suas pesquisas, ou seja, o grande público.
 - c) A sociologia é um conhecimento originário do mundo contemporâneo e, como tal, se mostra necessária para entender as novas formas de interação e comunicação da pós-modernidade.
 - d) O pensamento sociológico e as metodologias por ele empregadas não utilizam recursos matemáticos ou estatísticos na constituição de análises sobre a história e a estrutura social de grupos ou nações.
 - e) A sociologia é uma ciência, portanto estabelece problemas, dúvidas e questionamentos sobre a realidade. Por isso, ela é também uma forma de consciência, na medida em que permite desenvolver uma nova perspectiva sobre o próprio mundo em que vivemos.
7. (IFPA, 2015) Um importante sociólogo contemporâneo é polonês Zygmunt Bauman. Preocupado com as novas dinâmicas da vida social, propõe um empreendimento reflexivo que tem como norte as recentes modificações do mundo atual. Em relação às análises de Bauman é INCORRETO afirmar:
- a) Liquidez é a metáfora que Bauman utiliza para explicar o sentido da pós-modernidade;
 - b) Desmoronamento da antiga ilusão moderna, ou seja, questionamento da crença de que há um fim do caminho em que andamos, um estado de perfeição a ser atingido no futuro;
 - c) Desregulamentação e privatização das tarefas e deveres modernizantes. Na modernidade líquida, não existem mais valores individuais, apenas sociais;
 - d) Nesta sociedade líquida, transformada pelo mercado, também os valores mais importantes da vida passam pelo mesmo processo de materialização tal qual uma simples mercadoria;
 - e) O processo de transformação pelo qual passa a humanidade pode ser aplicado ao mundo globalizado que, na sua empolgação compulsiva para produzir bens de consumo acaba produzindo um número significativo de lixo.
-

8. (Cesgranrio, 2016) Hoje em dia estamos todos em movimento. Muitos mudam de lugar – de casa ou viajando entre locais que não são o da sua residência. Alguns não precisam sair para viajar: podem se atirar à Web, percorrê-la, inserindo e mesclando na tela do computador mensagens provenientes de todos os cantos do globo. Mas a maioria está em movimento mesmo se fisicamente parada – quando, como é hábito, estamos grudados na poltrona e passando na tela os canais de TV via satélite ou a cabo, saltando para dentro e para fora de espaços estrangeiros com uma velocidade muito superior à dos jatos supersônicos e foguetes interplanetários, sem ficar em lugar algum tempo suficiente para ser mais do que visitantes, para nos sentirmos em casa.

BAUMAN, Z. Globalização. As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 85.

De acordo com o texto, o comportamento atual das pessoas é condicionado pelo seguinte fator:

- a) Progresso das revoluções tecnológicas;
- b) Planejamento dos roteiros de viagem;
- c) Expulsão dos grupos de suas residências;
- d) Atuação das autoridades governamentais;
- e) Ampliação dos canais abertos de televisão.

9. (IFRS 2016) Ao refletir sobre o Estado moderno no contexto da globalização, Bauman nos provoca:

“As técnicas panópticas, como assinalou Foucault, desempenharam um papel crucial na passagem dos mecanismos de integração de base local, autovigilantes e auto-reguladores, feitos na medida das capacidades naturais dos olhos e ouvidos humanos, para a integração supralocal, administrada pelo Estado, de territórios muito mais vastos do que o alcance das faculdades naturais do homem. Essa última função pediu a assimetria da vigilância, vigilantes profissionais e a reorganização do espaço para que eles pudessem fazer o seu trabalho, tornando ciente a pessoa observada de que o trabalho estava sendo feito e podia ser feito a qualquer momento. Todas essas demandas foram quase inteiramente atendidas pelas grandes instituições disciplinadoras da modernidade “clássica” – acima de tudo as indústrias e os exércitos de recrutamento em massa, ambos dotados de áreas de captura quase universais”.

(BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 56- 57).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A globalização é um fenômeno já verificado na antiguidade, presente desde a fundação do Estado a partir da hipótese causal hidráulica;
- b) O panóptico é um mecanismo de controle associado a processos de regulação típicos do Estado Moderno;
- c) Bauman e Foucault são teóricos modernos que compreendem apenas o Estado como ente político centralizado;
- d) Bauman sustenta que a globalização é um movimento “líquido” que fortalece o senso de comunidade no final do século XX;
- e) O Estado globalizado perde sua capacidade de controle e fomenta quadros anárquicos no início do século XXI.

10. (Enem, 2016) Tendo se livrado do entulho do maquinário volumoso e das enormes equipes de fábrica, o capital viaja leve, apenas com a bagagem de mão, pasta, computador portátil e telefone celular. O novo atributo da volatilidade fez de todo compromisso, especialmente do compromisso estável, algo ao mesmo tempo redundante e pouco inteligente: seu estabelecimento paralisaria o movimento e fugiria da desejada competitividade, reduzindo a priori as opções que poderiam levar ao aumento de produtividade.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

No texto, faz-se referência a um processo de transformação do mundo produtivo cuja consequência é o(a)

- a) regulamentação de leis trabalhistas mais rígidas.
- b) fragilização das relações hierárquicas de trabalho.
- c) decréscimo do número de funcionários das empresas.
- d) incentivo ao investimento de longos planos de carreiras.
- e) desvalorização dos postos de gerenciamento corporativo.

Se liga!

Sua específica é humanas e quer continuar treinando esse conteúdo?
Clique [aqui](#) para fazer uma lista extra de exercícios

Gabaritos

Exercícios de fixação

1. **A**

Para Bauman, a principal característica da modernidade é a capacidade de derreter sólidos, isto é, de fazer com que as estruturas políticas, sociais e econômicas, assim como as próprias relações sociais, se dissolvam.

2. **C**

De acordo com Bauman, as novas tecnologias de comunicação, sobretudo as redes sociais e os sites de relacionamento, possibilitaram novas formas de interagir e se relacionar como, por exemplo, o relacionamento online. Escolher um(a) parceiro(a) pela internet é uma operação que se assemelha, de algum modo, a acessar um site de vendas para comprar um determinado produto. Tanto o site de vendas quanto o site de relacionamento nos colocam diante de uma espécie de catálogo, no qual podemos escolher aquilo que mais nos agrada. Nesse sentido, as relações amorosas se confundem com as relações de mercado.

3. **B**

Para Bauman, na modernidade líquida, a amizade se resume ao duplo movimento de conectar e desconectar. O grande atrativo das redes sociais não está, segundo Bauman, na facilidade de fazer amizades, mas sim na facilidade de desfazê-las. Os conflitos e constrangimentos provocados pelo término de uma amizade podem ser evitados, no ambiente virtual, com apenas um clique.

4. Na primeira etapa da modernidade, conhecida como modernidade sólida, a preocupação não é apenas a de dissolver o que foi recebido da tradição, mas também a de construir as bases para os novos sólidos. Tomemos como exemplo a Revolução Francesa, que destruiu (dissolveu) o Antigo Regime com o propósito de construir um novo sólido, fundamentado na razão e guiado pelos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

5. Na segunda etapa da modernidade, conhecida como modernidade líquida, os indivíduos, as instituições e a relação entre eles não têm mais uma forma rígida, duradoura e não há a perspectiva de criação de novos sólidos. Tudo está em constante transformação. Bauman encontra, na metáfora do líquido, a chave para descrever as características da sociedade atual, quais sejam, a incapacidade de manter a forma, a instabilidade e a mobilidade.

Exercícios de vestibulares

1. **B**

Os textos-base da questão fazem crítica ao estilo de uma sociedade que impõe critérios para a “normalidade” e para a “felicidade”. Dunker afirma que, para ser bem-sucedido, é necessário que haja a construção artificial de um personagem. A busca por uma “normalidade” imposta, paradoxalmente, geraria a perda da autenticidade. No mesmo sentido, Bauman aponta para a necessidade de se afastar de um modelo de felicidade imposto – vinculado ao consumo exacerbado –; que, por si só, traz uma clara incongruência aos próprios limites de sustentabilidade, pois pressupõe crescimento infinito.

2. E

A única alternativa que apresenta a relação adequada entre a sociologia e o senso comum, de acordo com o pensamento de Zygmunt Bauman, é a representada pela letra E, que afirma que "um dos papéis centrais desempenhados pela Sociologia é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais, conservando o rigor original exigido no campo científico." Aquilo que, para o senso comum, pode ser compreendido como algo "natural" ou "normal", deve ser estudado pela sociologia no sentido de tentar desnaturalizá-lo e, portanto, de compreender as razões para a existência de determinados fenômenos sociais.

3. B

A alternativa B está incorreta. Ainda que a questão do preconceito e do racismo esteja colocada de maneira mais nítida, verifica-se um movimento de manutenção do etnocentrismo e da intolerância. Isso pode ser percebido, sobretudo, no caso da França, onde, em abril de 2011, entrou em vigor uma lei que proibia o uso do véu por mulheres muçulmanas em lugares públicos.

4. B

No texto, Zygmunt Bauman faz referência explícita à forma de vida de executivos que vivem em uma "bolha sociocultural", sendo, por isso, cosmopolitas "de maneira limitada e isolada". Assim, o etnocentrismo tradicional é mantido e realocado, e as diferenças étnicas não são superadas. Portanto, a alternativa B está correta.

5. E

A alternativa E é a única que reconhece o papel social desempenhado pela TV. De acordo com Bauman, a TV é um fenômeno sociologicamente relevante, tal como expresso no seguinte trecho do texto: "Ver TV é um dos principais deveres do sociólogo (...)"

6. D

A alternativa D está incorreta. A sociologia continua a ser importante, mesmo nesse contexto de pós-modernidade. Além disso, vale ressaltar que desde os estudos de Émile Durkheim sobre o suicídio, a estatística e a matemática continuam sendo importantes para as pesquisas sociológicas.

7. C

A alternativa C está incorreta. Zygmunt Bauman, em suas reflexões, não trata da desregulamentação e privatização das tarefas e deveres modernizantes. Além disso, a modernidade líquida, conceito central em sua obra, é marcada justamente pelo individualismo em detrimento dos valores sociais.

8. A

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman dedicou boa parte de suas reflexões à questão do impacto que a globalização produziu na vida humana. Assim, com base no texto, podemos afirmar que o comportamento atual das pessoas é condicionado pelo progresso das revoluções tecnológicas.

9. B

No texto, Zygmunt Bauman, assim como Michel Foucault, reforça a importância do panóptico (ou das "técnicas panópticas") como o é um mecanismo de controle típico do Estado Moderno.

10. C

O processo de transformação do mundo produtivo a que Zygmunt Bauman se refere tem como consequência o decréscimo (redução) do número de funcionários das empresas. Essa perspectiva está presente logo no início do texto: "Tendo se livrado do entulho do maquinário volumoso e das enormes equipes de fábrica (...)"

John Rawls e a justiça

Objetivo

Compreender a teoria da justiça de Rawls a partir dos princípios de igualdade e equidade.

Curiosidade

John Rawls foi professor de Filosofia Política na Universidade de Harvard.

Teoria

Rawls e o liberalismo igualitário

O americano John Rawls (1921-2002), é certamente um dos mais influentes filósofos políticos da contemporaneidade. Seu pensamento tem como eixo a busca por uma articulação consistente entre dois valores políticos fundamentais, muitas vezes vistos como contrários: a **liberdade** e a **igualdade**. De fato, desde o século XIX, com a formação da democracia moderna, tais valores têm disputado ferozmente a centralidade da ordem política e oposto entre si duas grandes matrizes ideológicas: o **liberalismo**, que considera que uma sociedade justa é, antes de tudo, aquela que preserva e garante a liberdade individual, e o **socialismo**, que entende ser justa, em primeiro lugar, uma sociedade que promove a igualdade social.

Ora, contra esta oposição que considerava fácil e simplista, Rawls elaborou uma perspectiva política própria, o **liberalismo igualitário**, que é voltado precisamente para a busca da conciliação entre liberdade e igualdade, apresentando-se como uma solução superior para os dilemas do debate público. Obra de uma vida inteira, a justificação e fundamentação do liberalismo igualitário foi, no entanto, feita por Rawls de maneira mais clara e acabada naquele que é considerado a sua obra-prima, o livro *Uma Teoria da Justiça* (1971).

É nesse livro que ele propõe a estratégia filosófica que o tornou especialmente famoso: a **retomada do contratualismo**. Em verdade, John Rawls admirava profundamente Hobbes, Locke, Kant e Rousseau e enxergava na tradição do contrato social o modo mais sofisticado de enfrentar os problemas da filosofia política, sendo por isso considerado um filósofo **neocontratualista**. Porém, diferente dos contratualistas clássicos, o objetivo de Rawls não é justificar a existência do poder político, mas sim solucionar as questões relativas à justiça social, típicas do nosso tempo. Desse modo, a retomada do contratualismo é um meio de estabelecer regras de cooperação social equitativas.

De acordo com Rawls, não basta apenas imaginar um pacto político entre pessoas livres e iguais, mas é preciso também imaginar que estas pessoas estejam em uma condição tal que garanta a sua isenção e imparcialidade. Essa condição consiste na suposição de que as pessoas da **posição original** (equivalente rawlsiano do estado de natureza) não conhecem nenhuma de suas características específicas: cor de pele, tamanho, idade, classe social, filiação religiosa, orientação sexual etc.

De fato, se começassem a negociação dos termos de cooperação social já tendo em mente suas características específicas, as pessoas da posição original fatalmente privilegiariam sua própria condição e atribuiriam aos seus grupos de pertencimento direitos que não iriam reconhecer aos outros. Por sua vez, tendo de pactuar as normas para o funcionamento da sociedade, sem conhecer as suas próprias peculiaridades (físicas, psíquicas, econômicas e socioculturais), as pessoas na posição original estariam submetidas àquilo que Rawls denomina **véu da ignorância**.

Assim, os participantes do contrato social rawlsiano chegariam necessariamente ao estabelecimento de dois princípios básicos para a orientação da vida social. Primeiro, o **princípio da liberdade**: “cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que sejam compatíveis com um sistema de liberdade para as outras. Segundo, o **princípio da igualdade**: “as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo: a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável (**princípio da diferença**), e b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos (**princípio da igualdade de oportunidades**)”.

Trata-se, portanto, de um liberalismo igualitário e não de um igualitarismo liberal, pois, para ele, a liberdade, entendida como poder de autonomia do indivíduo para conduzir a sua própria vida, deve sempre ter precedência sobre tudo o mais, sendo limitada apenas pelo respeito à liberdade do outro: o único limite para a liberdade de um deve ser a liberdade dos demais.

Fundam-se aí todos os direitos civis, como o direito à vida, à livre-expressão, à liberdade religiosa, o direito de ir e vir etc. Por sua vez, não se trata aqui de um liberalismo puro e simples, pois, satisfeita a demanda da liberdade, Rawls acredita que deve ser buscada e perseguida sempre não uma igualdade completa, o que é irrealizável, mas a menor desigualdade possível.

Essa própria busca pela minoração da desigualdade, aliás, deve pautar-se por critérios: em primeiro lugar a segunda parte do segundo princípio, isto é, não se pode negar um mínimo de oportunidades iguais para todos, caso contrário, não há sequer a possibilidade de autêntico mérito e sucesso legítimo (aqui se funda a condenação a qualquer sistema essencialmente desigual, que promove por princípio, para uns, as oportunidades que nega a outros, tais como o sistema de castas ou o modelo de estratificação estamental; bem como, encontra aqui seu fundamento o direito ao voto universal e a difusão de certas condições básicas para todos, como acesso à saúde, à educação e ao transporte de qualidade).

Por sua vez, garantidas essas mínimas oportunidades iguais, é necessário promover um arranjo em que aqueles que não obtiveram as primeiras posições durante o processo normal de competição social sejam contemplados com uma atenção especial, em virtude de suas necessidades mais fortes e complexas (eis aqui o princípio da diferença, que perfeitamente pode ser invocado para a defesa de pautas como a assistência social direta aos mais carentes ou usado também na defesa de cotas nas universidades, tendo em vista aqueles que, mesmo com a garantia da liberdade e de um mínimo de igualdade de oportunidades, não obtêm e nem conseguem obter posições de destaque na sociedade).

Segundo Rawls, em uma situação de imparcialidade, como a do véu da ignorância, as pessoas não escolheriam nem o princípio de uma utilidade máxima (como defendem os utilitaristas) nem o princípio de uma utilidade mínima ou média, mas aquilo que ele denomina **maximin**. Para ele, a regra maximin (*maximum*

minimorum) pode ser entendida como o máximo do mínimo, isto é, a ideia de que, quando temos um certo número de recursos a distribuir, devemos ordenar as alternativas em função das piores consequências possíveis. Em outras palavras, devemos adotar a alternativa cuja pior consequência seja superior a cada uma das piores consequências das outras alternativas. Nesse sentido, uma boa distribuição dos recursos é aquela que garante mais para cada um, mas com a certeza de favorecer ao máximo quem estiver na pior posição.

Exercícios de fixação

1. John Rawls é considerado como um filósofo
 - a) utilitarista
 - b) cético
 - c) neocontratualista
 - d) dogmático

 2. John Rawls elaborou uma perspectiva política conhecida como
 - a) liberalismo econômico
 - b) liberalismo igualitário
 - c) socialismo
 - d) mercantilismo

 3. De acordo com John Rawls, para garantir a imparcialidade dos indivíduos no pacto político é necessário que eles estejam
 - a) no estado de natureza
 - b) na cidade de Deus
 - c) na posição original
 - d) na pólis

 4. De acordo com John Rawls, os indivíduos na posição original estão cobertos
 - a) pelo véu da ignorância
 - b) pelo véu de Maya
 - c) pelo erro dos sentidos
 - d) pelos ídolos

 5. Com base no pensamento de John Rawls, explique os princípios básicos que orientam a vida social.
-

Exercícios de vestibulares



1. (Enem 2017) Uma sociedade é uma associação mais ou menos autossuficiente de pessoas que em suas relações mútuas reconhecem certas regras de conduta como obrigatórias e que, na maioria das vezes, agem de acordo com elas. Uma sociedade é bem ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando é também efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça. Isto é, trata-se de uma sociedade na qual todos aceitam, e sabem que os outros aceitam, o mesmo princípio de justiça.

(RAWLS, J. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (adaptado).)

A visão expressa nesse texto do século XX remete a qual aspecto do pensamento moderno?

- a) A relação entre liberdade e autonomia no Liberalismo.
 - b) A independência entre poder e moral no Racionalismo.
 - c) A convenção entre cidadãos e soberano do Absolutismo.
 - d) A dialética entre o indivíduo e governo autocrata do Idealismo.
 - e) A contraposição entre bondade e condição selvagem do Naturalismo.
2. (Nucepe, SEDUC 2015) Sobre a teoria da justiça de John Rawls, marque a alternativa CORRETA
- a) Um conceito central no contratualismo de Rawls é o de Estado de Natureza.
 - b) Em Rawls a justiça é definida como equidade, baseada em princípios formulados por sujeitos situados no que denominou de "posição original".
 - c) Rawls defende uma versão renovada do utilitarismo na formulação de seu conceito de justiça.
 - d) Segundo Rawls, uma sociedade justa eliminaria toda a desigualdade natural entre os homens.
 - e) Na teoria rawlsiana da justiça como equidade há uma prevalência do bem sobre o justo.
3. De acordo com o princípio da diferença formulado por Rawls,
- a) as desigualdades econômicas entre as pessoas justificam-se, uma vez que as pessoas são diferentes.
 - b) as desigualdades econômicas são justas apenas se melhorarem o mais possível as expectativas dos menos favorecidos.
 - c) se dermos oportunidades iguais às pessoas, não haverá desigualdades econômicas.
 - d) se dermos oportunidades iguais às pessoas, cada um será responsável pela sua situação social e econômica.
 - e) se dermos oportunidades iguais às pessoas, haverá prejuízo para a sociedade.
-



4. (Enem 2014) A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento. Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar. Por essa razão, a justiça nega que a perda de liberdade de alguns se justifique por um bem maior partilhado por todos.

HAWLS, J. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (adaptado).

O filósofo afirma que a ideia de justiça atua como um importante fundamento da organização social e aponta como seu elemento de ação e funcionamento o

- a) povo.
 - b) Estado.
 - c) governo.
 - d) indivíduo.
 - e) magistrado.
5. Segundo Rawls, idealizador do liberalismo-igualitário – proposta que relaciona os conceitos de justiça e de equidade:
- a) cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema total mais extenso de liberdades básicas compatíveis com um sistema de liberdade similar para todos, o que ele considera o primeiro princípio da justiça.
 - b) todos os indivíduos devem ser tratados de maneira igual, independentemente de suas intenções, habilidades e condições.
 - c) a equidade se manifesta pela prevalência do bem sobre o justo, sendo cada indivíduo responsável pelo seu sucesso no interior da sociedade.
 - d) a vida em sociedade deve ser guiada pela concepção moral de bem comum da maioria, sendo o princípio de justiça dependente de noções particulares que formam um todo mais ou menos homogêneo.
 - e) a vida em sociedade deve ser guiada pelo livre-arbítrio e a noção de justiça divina deve ser imposta a todos.
6. (SEDUC-CE 2018, Adaptada) Na obra Justiça como Equidade. Uma reformulação, o filósofo John Rawls concebe a teoria da justiça como equidade, que se trata de uma:
- a) concepção política de justiça.
 - b) doutrina moral abrangente acerca da justiça.
 - c) concepção moral de justiça.
 - d) filosofia moral aplicada à justiça.
 - e) uma doutrina religiosa da justiça.
-

7. (SEDUC-CE 2018, Adaptada) Na obra *Justiça como Equidade*, John Rawls concebe que os princípios de justiça devem ser concebidos a partir de um acordo equitativo na posição original. Em seu entendimento, esse acordo tem que ser visto como:
- a) hipotético e ahistórico.
 - b) categórico e ahistórico.
 - c) hipotético e histórico.
 - d) categórico e histórico.
 - e) categórico e hipotético.
8. (FGV 2013) O pensador norte-americano John Rawls (1921-2002), contribuiu para a reformulação do pensamento moral contemporâneo, ao pretender ampliar o conceito e o papel da justiça. Nesse sentido, seu modelo de justiça
- a) é igualitarista, identificando a justiça com igualdade econômica, a ser conquistada por meio da planificação e estatização da economia.
 - b) se baseia em uma concepção metafísica e apriorística de Bem, que obriga a pessoa a se orientar eticamente através de imperativos categóricos que comandam o sentido individual de suas ações.
 - c) é utilitarista, pois concebe uma sociedade justa quando suas organizações são instituídas de forma a alcançar a maior soma de satisfação para o conjunto de indivíduos.
 - d) defende as assimetrias econômicas e sociais, na medida em que recusa o argumento de ser vantajoso amparar os menos favorecidos.
 - e) é pluralista, no sentido de compreender o universo social como composto por elementos diferentes e conflitantes, mas orientado por princípios, entre os quais, o da liberdade.
-

9. (IFPI 2011) Em 1971, o filósofo estadunidense John Rawls publica *A Theory of Justice*, obra na qual apresenta sua teoria da justiça como equidade. A década de 1980 ambientou o surgimento da corrente do comunitarismo, que se contrapôs à perspectiva de orientação liberal de Rawls. Leia o texto abaixo:

"Para os comunitaristas, os liberais (universalistas) estariam simplesmente preocupados com a questão de como estabelecer princípios de justiça que poderiam determinar a submissão voluntária de todos os indivíduos racionais, mesmo de pessoas com visões diferentes sobre a vida boa. O que se estabelece como crítica é que, para os comunitaristas, os princípios morais só podem ser tematizados a partir de sociedades reais, a partir das práticas que prevalecem nas sociedades reais. Para eles, em John Rawls, encontram-se premissas abstratas de base como a liberdade e a igualdade que orientam (ou devem orientar) as práticas legítimas. A questão colocada é que, na interpretação comunitarista, a prática tem precedência sobre a teoria, e não seria plausível que pessoas que vivem em sociedades reais identifiquem princípios abstratos para sua existência. A crítica comunitarista aponta como insuficiente a tentativa de identificar princípios abstratos de moralidade através dos quais sejam avaliadas as sociedades existentes. A questão-chave é a negação de princípios universais de justiça que possam ser descobertos pela razão, pois, em sua avaliação, as bases da moral não são encontradas na filosofia, e, sim, na política".

(SILVEIRA, Denis Coitinho. "TEORIA DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS: ENTRE O LIBERALISMO E O COMUNITARISMO". In: *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 30(1): 169-190, 2007).

De acordo com o texto e com seus conhecimentos, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde à crítica comunitarista à teoria da justiça de Rawls:

- a) Opera com uma concepção abstrata de pessoa que é consequência do modelo de representação da posição original sob o véu da ignorância.
 - b) Utiliza princípios universais (deontológicos) com a pretensão de aplicação em todas as sociedades, criando uma supremacia dos direitos individuais em relação aos direitos coletivos.
 - c) Utiliza a ideia de um Estado neutro em relação aos valores morais, garantindo apenas a autonomia privada (liberdade dos modernos) e não a autonomia pública (liberdade dos antigos), estando circunscrita a um subjetivismo ético liberal.
 - d) Rawls, embora liberal, aproxima-se do marxismo, tendo apenas nas suas obras mais maduras uma veia materialista que olha para as comunidades reais.
 - e) É uma teoria deontológica e procedimental, que utiliza uma concepção ética antiperfeccionista, estabelecendo uma prioridade absoluta do justo em relação ao bem.
-

10. (Enem 2018) O justo e o bem são complementares no sentido de que uma concepção política deve apoiar-se em diferentes ideias do bem. Na teoria da justiça como equidade, essa condição se expressa pela prioridade do justo. Sob sua forma geral, esta quer dizer que as ideias aceitáveis do bem devem respeitar os limites da concepção política de justiça e nela desempenhar um certo papel.

(RAWLS, J. *Justiça e democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (adaptado).)

Segundo Rawls, a concepção de justiça legisla sobre ideias do bem, de forma que

- a) as ações individuais são definidas como efeitos determinados por fatores naturais ou constrangimentos sociais.
- b) o estudo da origem e da história dos valores morais concluem a inexistência de noções absolutas de bem e mal.
- c) o próprio estatuto do homem como centro do mundo é abalado, marcando o relativismo da época contemporânea.
- d) as intenções e bens particulares que cada indivíduo almeja alcançar são regulados na sociedade por princípios equilibrados.
- e) o homem é compreendido como determinado e livre ao mesmo tempo, já que a liberdade se limita a um conjunto de condições objetivas.

Se liga!

Sua específica é humanas e quer continuar treinando esse conteúdo?
Clique [aqui](#) para fazer uma lista extra de exercícios

Gabaritos

Exercícios de fixação

- 1. C**

Por retomar algumas das ideias dos contratualistas clássicos, como Thomas Hobbes e John Locke, John Rawls é considerado como um filósofo neocontratualista.
- 2. B**

Em sua obra intitulada *Uma Teoria da Justiça* (1971), John Rawls elaborou uma perspectiva política conhecida como *liberalismo igualitário*, cujo objetivo é estabelecer uma sociedade justa, conciliando os valores da liberdade e da igualdade.
- 3. C**

De acordo com John Rawls, para garantir a imparcialidade dos indivíduos no pacto político é necessário que eles estejam na posição original, isto é, uma condição em que não conhecem nenhuma de suas características específicas: cor de pele, tamanho, idade, classe social, filiação religiosa, orientação sexual etc.
- 4. A**

De acordo com Rawls, se começassem a negociação dos termos de cooperação social já tendo em mente suas características específicas, as pessoas da posição original fatalmente privilegiariam sua própria condição e atribuiriam aos seus grupos de pertencimento direitos que não iriam reconhecer aos outros. Por isso, para que haja imparcialidade, é necessário que elas estejam cobertas pelo véu da ignorância.
- 5.** De acordo com John Rawls, a partir da posição original, os participantes do contrato social chegariam necessariamente ao estabelecimento de dois princípios básicos para a orientação da vida social. Primeiro, o princípio da liberdade: “cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que sejam compatíveis com um sistema de liberdade para as outras. Segundo, o princípio da igualdade: “as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo: a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável (princípio da diferença), e b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos (princípio da igualdade de oportunidades)”.

Exercícios de vestibulares

- 1. A**

Em sua obra *Uma Teoria da Justiça*, publicada em 1971, o filósofo John Rawls desenvolve o chamado liberalismo igualitário, segundo o qual os indivíduos são livres e iguais. Desse modo, a visão expressa no texto nos remete à relação entre liberdade e autonomia no liberalismo. Nessa perspectiva, para que haja organização social, é necessário que todos entendam e concordem com a noção pública de justiça e que não coloquem os seus desejos pessoais na frente do bem comum.
-

2. B

John Rawls, em sua teoria da justiça, propõe que a sociedade só será justa se for fundamentada em princípios formulados por indivíduos situados na posição original. Segundo ele, a posição original consiste na situação em que os indivíduos, cobertos pelo véu da ignorância, desconhecem as suas próprias características físicas, psicológicas e sociais. Assim, sem que haja a possibilidade de legislar em causa própria ou de seus parceiros, os indivíduos seriam capazes de estabelecer princípios verdadeiramente justos para todos.

3. B

O princípio da diferença pressupõe que os maiores benefícios possíveis devem ser distribuídos aos mais desfavorecidos, devendo a sociedade promover a distribuição igual da riqueza, exceto se a existência de desigualdades econômicas e sociais beneficiar os menos favorecidos. Assim, o único efeito aceitável da desigualdade é a benesse ao mais desfavorecido, que, mesmo mais distante da riqueza, desfrutará de um resultado positivo desse desequilíbrio. Esse princípio visa reconhecer que a sociedade e seu ordenamento jurídico é incapaz de produzir um cenário de homogeneidade social. A partir desse princípio se reconhece a diferença inerente à organização social e se propõe um ordenamento direcionado à equidade.

4. D

John Rawls (a grafia "Hawls", da prova, está errada) é um dos maiores defensores contemporâneos da perspectiva política liberal. Isto significa que, para ele, o valor supremo a ser defendido pela ordem política é a liberdade individual e que uma sociedade é tanto mais justa quanto mais promove e defende esta liberdade.

5. A

De acordo com John Rawls: "Todos os bens sociais primários têm que ser distribuídos de um modo igual, a menos que uma distribuição desigual de um ou de todos estes bens resulte em benefício dos mais necessitados". Assim, aceitando o primeiro princípio (princípio da liberdade) consideramos que a sociedade tem o dever de assegurar a máxima liberdade para cada pessoa compatível com uma liberdade igual para todos os outros. O segundo princípio (princípio da diferença) pressupõe duas condições: os maiores benefícios possíveis devem ser distribuídos aos mais desfavorecidos, devendo a sociedade promover a distribuição igual da riqueza, exceto se a existência de desigualdades econômicas e sociais beneficiar os menos favorecidos, sendo este o princípio da maximização do mínimo; devem resultar do exercício de cargos e funções disponíveis para todos em condições de uma igualdade equitativa de oportunidades (Princípio da igualdade de oportunidade).

6. A

Ainda no prefácio da obra *Justiça como Equidade. Uma reformulação*, John Rawls adverte: "[...] terceiro, mudanças em como a própria teoria da justiça deve ser entendida: notadamente, como uma concepção política de justiça e não como parte de uma doutrina moral abrangente." Vale lembrar que o pensamento de John Rawls se inscreve, majoritariamente, no registro da filosofia política, o que aponta para a alternativa A que é, portanto, a alternativa correta.

7. A

De acordo com John Rawls, o acordo realizado na posição original tem de ser visto como hipotético e ahistórico. Hipotético, na medida em que nos perguntamos o que as partes poderiam acordar, ou acordariam, e não o que foi acordado de fato. Ahistórico, na medida em que não supomos que o acordo tenha sido ou venha a ser celebrado. Portanto, a alternativa A é o gabarito da questão.

8. E

Rawls concebe a organização social baseada no liberalismo igualitário, ou seja, a sociedade deve ser fundamentada no princípio da liberdade, superior a todos os outros princípios postulados pelo pensador. Reconhecendo a diversidade da condição humana, Rawls propõe a condição hipotética da posição original, onde todos, pelo véu da ignorância, devem escolher quais regras devem determinar o funcionamento da sociedade, alcançando assim, apesar das diferenças, uma comunidade mais equânime.

9. D

A tradição liberal (da qual John Rawls é signatário) considera a liberdade como "negativa", no qual o Estado não deveria interferir na liberdade e na propriedade dos cidadãos, exceto para evitar dano à sociedade, o que o afasta bastante da concepção marxista que compreende no Estado um papel fundamental tanto na manutenção do sistema capitalista quanto na sua superação (a depender de quem o controla). Além disso, e principalmente, o texto do enunciado afirma que "em John Rawls, encontram-se premissas abstratas de base como a liberdade e a igualdade que orientam (ou devem orientar) as práticas legítimas", o que distancia o pensador do materialismo histórico marxiano.

10. D

Segundo Rawls, a concepção de justiça legisla sobre ideias do bem, de forma que as intenções e bens particulares que cada indivíduo almeja alcançar são regulados na sociedade por princípios equilibrados. De acordo com John Rawls, para que os indivíduos não pensem apenas nos seus próprios interesses, é preciso que os princípios que regulam a sociedade sejam estabelecidos a partir da posição original. Nessa condição, cobertos pelo véu da ignorância, os indivíduos desconhecem as suas próprias características, bem como a posição que irão ocupar na sociedade.

Habermas

Objetivo

Compreender Habermas em relação ao uso da comunicação como processo fundamental do processo humano, através do conceito de *razão comunicativa* e sua aplicação na esfera pública como espaço de interação e discussão.

Curiosidade

Entre 1956 e 1959, foi assistente de Theodor Adorno no Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt. Desse modo, ele se insere na segunda geração da Escola de Frankfurt.

Teoria

Teoria do agir comunicativo

Jürgen Habermas nasceu em 18 de junho de 1929 na cidade de Düsseldorf, na Alemanha. Conhecido por seus estudos acerca do agir comunicativo, da esfera pública e da democracia deliberativa, é considerado como um dos pensadores mais influentes da atualidade. Dentre as suas principais obras estão *Conhecimento e interesse* (1968), *Teoria do Agir Comunicativo* (1981) e *O Discurso Filosófico da Modernidade* (1985).

As ideias de Habermas perpassam por diversas áreas do saber como a Filosofia, a Sociologia e o Direito. Em *Teoria do Agir Comunicativo*, por exemplo, ele discute três temáticas fundamentais, quais sejam, o conceito de racionalidade comunicativa, a concepção da sociedade dividida entre o paradigma da ação (mundo da vida) e o sistema (mundo do trabalho) e os paradoxos da modernidade.

Com base na **teoria crítica** desenvolvida pelos filósofos da Escola de Frankfurt, cujo objetivo era se opor à tradição racionalista, encabeçada por Descartes, e que ganhou forma ao longo do Iluminismo, Habermas produziu uma profunda reflexão a respeito do papel da racionalidade.

De acordo com os partidários da teoria crítica, o uso extremo da razão não gerou, necessariamente, mais progresso humano e mais emancipação como idealizavam os iluministas. Na verdade, o que houve foi um **progresso da técnica**, porém tanto a ciência quanto a tecnologia se transformaram em instrumentos de dominação, comumente associados às questões políticas e econômicas, que regem a sociedade.

Assim, Habermas propõe uma distinção entre a **razão instrumental** e a **razão comunicativa**. Nesse sentido, a razão instrumental, defendida pelos filósofos iluministas do século XVIII, busca, através da ciência aplicada e do saber empírico, a **máxima eficácia**. Em outras palavras, as ações baseadas na razão instrumental visam atingir uma determinada finalidade. Por exemplo, uma ação instrumental praticada no campo da economia visa o lucro; no campo da política visa o poder etc.

Já a razão comunicativa, desenvolvida por Habermas, busca o **consenso** entre os indivíduos. Desse modo, o agir comunicativo se baseia no entendimento entre indivíduos racionais que buscam convencer uns aos outros sobre a validade das normas, até que elas possam ser aceitas por todos a partir do consenso. Porém, para que isso funcione de maneira adequada, é preciso que todos os argumentos relevantes sejam formulados dentro de uma **situação ideal de fala**, isto é, sem qualquer tipo de pressão externa (**dominação**).

Para Habermas, a sociedade se divide em dois níveis: o **mundo do trabalho (sistema)** e o **mundo da vida**. O primeiro, corresponde ao espaço da reprodução material e, portanto, está relacionado à **técnica**, à ciência e à razão instrumental. O segundo, por sua vez, corresponde ao espaço da reprodução simbólica e, por isso, está relacionado à **sociabilidade**, à linguagem e à razão comunicativa. No entanto, segundo ele, há uma colonização da razão instrumental sobre o mundo da vida. Essa colonização nos leva a um empobrecimento das nossas relações afetivas e da nossa subjetividade, uma vez que nos relacionamos não por afinidade, mas sim com vistas a atingir um determinado fim.

Esfera pública

A partir do século XX, com os avanços tecnológicos e as transformações nos meios de comunicação como o advento do rádio, da TV e da internet, surge uma nova questão para Habermas, qual seja, entender até que ponto esses espaços, mais amplos, são de fato democráticos. De acordo com ele, a história da humanidade, no que diz respeito à participação na esfera pública, não se desenvolve de maneira linear, mas sim por meio de altos e baixos. Assim, se na Antiguidade Clássica a **Ágora** era a expressão máxima da esfera pública e da participação dos cidadãos nas decisões políticas, no período medieval isso desaparece.

No entanto, na modernidade, sobretudo com o Renascimento, o obscurantismo medieval foi superado pela crença na razão e na emancipação (“libertação”, “autonomia”) humana. Com isso, através de conceitos como vontade geral e esclarecimento, desenvolvidos, respectivamente, por Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant, nós temos o ápice da esfera pública. Nesse sentido, Habermas entende por **esfera pública** o conjunto de instituições que formam a **opinião pública**, ou seja, aquilo que é definido por uma sociedade como correto a respeito de um determinado assunto.

Desse modo, a preocupação de discutir as questões sociais com o público em geral tem uma origem essencialmente burguesa. Em outras palavras, ao longo do seu processo revolucionário, a burguesia, combatendo os privilégios da nobreza e do clero, defendeu também o que se convencionou chamar de liberdade de expressão. Consequentemente, essa retomada da esfera pública e da participação ativa da sociedade traz consigo a necessidade de repensarmos o papel da democracia.

Por isso, Habermas propõe que é preciso estabelecer uma **democracia deliberativa**. Ou seja, uma democracia em que a discussão acerca das questões mais caras à sociedade deve ter a participação de todas as camadas sociais. Portanto, a opinião pública deve estar relacionada à ideia de **consenso**. Note que consenso não significa que todas as pessoas chegarão às mesmas conclusões, mas sim que todas elas podem ser maleáveis com os seus posicionamentos, de modo a que se alcance o bem comum.

Exercícios de fixação

1. A reflexão de Habermas a respeito do papel da racionalidade se baseia
 - a) no racionalismo
 - b) no empirismo
 - c) na teoria crítica
 - d) no ceticismo

 2. Em sua obra *Teoria do Agir Comunicativo*, Habermas faz uma distinção entre
 - a) a razão pura e a razão prática
 - b) a razão instrumental e a razão comunicativa
 - c) a sabedoria teórica e a sabedoria prática
 - d) a retórica e a dialética

 3. Para Habermas, o mundo do trabalho (sistema) está relacionado
 - a) à técnica
 - b) à sociabilidade
 - c) à linguagem
 - d) ao consenso

 4. Para Habermas, o mundo da vida está relacionado
 - a) à ciência
 - b) à máxima eficácia
 - c) à sociabilidade
 - d) ao saber empírico

 5. Com base no pensamento de Habermas, explique em que consiste o agir comunicativo.
-

Exercícios de vestibulares



1. **(Enem 2017)** O conceito de democracia, no pensamento de Habermas, é construído a partir de uma dimensão procedimental, calcada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, para somente então decidir. Assim, o caráter deliberativo corresponde a um processo coletivo de ponderação e análise, permeado pelo discurso, que antecede a decisão.

(VITALE, D. Jürgen Habermas, *modernidade e democracia deliberativa*. Cadernos do CRH (UFBA), v. 19, 2006 (adaptado))

O conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pode favorecer processos de inclusão social. De acordo com o texto, é uma condição para que isso aconteça o(a):

- a) participação direta periódica do cidadão.
 - b) debate livre e racional entre cidadãos e Estado.
 - c) interlocução entre os poderes governamentais.
 - d) eleição de lideranças políticas com mandatos temporários.
 - e) controle do poder político por cidadãos mais esclarecidos.
2. **(Enem PPL 2010)** No século XX, o transporte rodoviário e a aviação civil aceleraram o intercâmbio de pessoas e mercadorias, fazendo com que as distâncias e a percepção subjetiva das mesmas se reduzissem constantemente. É possível apontar uma tendência de universalização em vários campos, por exemplo, na globalização da economia, no armamentismo nuclear, na manipulação genética, entre outros.

(HABERMAS, J. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001 (adaptado))

Os impactos e efeitos dessa universalização, conforme descritos no texto, podem ser analisados do ponto de vista moral, o que leva à defesa da criação de normas universais que estejam de acordo com

- a) os valores culturais praticados pelos diferentes povos em suas tradições e costumes locais.
 - b) os pactos assinados pelos grandes líderes políticos, os quais dispõem de condições para tomar decisões.
 - c) os sentimentos de respeito e fé no cumprimento de valores religiosos relativos à justiça divina.
 - d) os sistemas políticos e seus processos consensuais e democráticos de formação de normas gerais.
 - e) os imperativos técnico-científicos, que determinam com exatidão o grau de justiça das normas.
-

3. A proposta ética de Habermas não comporta conteúdos. Ela é formal. Ela apresenta um procedimento, fundamentado na racionalidade comunicativa, de resolução de pretensões normativas de validade.

(OUTRA, O. J. V. Razão e consenso em Habermas. A teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005, p. 158.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a obra de Habermas, é correto afirmar que, na Ética do Discurso,

- a) o processo de justificação das normas morais e o procedimento de deliberação das pretensões de validade de correção normativa são falíveis.
- b) o formalismo da ética habermasiana é idêntico ao formalismo presente nas éticas de Kant e Bentham, pois descon-sidera o que resulta concretamente das normas morais.
- c) o modelo monológico da ética kantiana é reformulado na perspectiva de uma comunidade discursiva na qual participantes analisam as pretensões de validade tendo como critério a força do melhor argumento.
- d) o puro respeito à lei é considerado por Habermas como o critério fundamental para conferir moralidade à ação, restando excluídos do debate da ética discursiva os desejos e as necessidades manifestados pelos indivíduos.
- e) o princípio "U" possibilita que sejam acatadas normas que não estejam sintonizadas com uma vontade universal, coadunando, dessa forma, particularismo e universalismo ético.



4. (UEL 2009) A ação política pressupõe a possibilidade de decidir, através da palavra, sobre o bem comum. Esta acepção do termo "política", somente válida enquanto ideal aceito, guarda uma estreita relação com a concepção de política defendida por Habermas. Em particular, com o modelo normativo de democracia que este desenvolveu no início dos anos de 1990 e que inclui um procedimento ideal de deliberação e tomada de decisões: a chamada política deliberativa.

(VELASCO ARROYO, J. C. Para leer a Habermas. Madrid: Alianza, 2003, p. 93.)

Sobre o pensamento de Habermas, é correto afirmar que, no modelo da democracia deliberativa, a noção de cidadania enfatiza

- a) os direitos e as liberdades metafísicas.
 - b) as liberdades individuais e a heteronomia.
 - c) os direitos objetivos e o cerceamento da sociedade civil.
 - d) os direitos subjetivos e as liberdades cidadãos.
 - e) os direitos naturais originários e a submissão à autoridade.
-

5. (Enem 2015) Na sociedade democrática, as opiniões de cada um não são fortalezas ou castelos para que neles nos encerremos como forma de autoafirmação pessoal. Não só temos de ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações, como também devemos desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões. A partir dessa perspectiva, a verdade buscada é sempre um resultado, não ponto de partida: e essa busca inclui a conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia.

(SAVATER, F. *As perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (adaptado))

A ideia de democracia presente no texto, baseada na concepção de Habermas acerca do discurso, defende que a verdade é um(a)

- a) alvo objetivo alcançável por cada pessoa, como agente racional autônomo.
 - b) critério acima dos homens, de acordo com o qual podemos julgar quais opiniões são as melhores.
 - c) construção da atividade racional de comunicação entre os indivíduos, cujo resultado é um consenso.
 - d) produto da razão, que todo indivíduo traz latente desde o nascimento, mas que só se firma no processo educativo.
 - e) resultado que se encontra mais desenvolvido nos espíritos elevados, a quem cabe a tarefa de convencer os outros.
-

6. (Enem 2012) Na regulação de matérias culturalmente delicadas, como, por exemplo, a linguagem oficial, os currículos da educação pública, o status das Igrejas e das comunidades religiosas, as normas do direito penal (por exemplo, quanto ao aborto), mas também em assuntos menos chamativos, como, por exemplo, a posição da família e dos consórcios semelhantes ao matrimônio, a aceitação de normas de segurança ou a delimitação das esferas pública e privada — em tudo isso reflete-se amiúde apenas o autoentendimento ético-político de uma cultura majoritária, dominante por motivos históricos. Por causa de tais regras, implicitamente repressivas, mesmo dentro de uma comunidade republicana que garanta formalmente a igualdade de direitos para todos, pode eclodir um conflito cultural movido pelas minorias desprezadas contra a cultura da maioria.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

A reivindicação dos direitos culturais das minorias, como exposto por Habermas, encontra amparo nas democracias contemporâneas, na medida em que se alcança.

- a) a secessão, pela qual a minoria discriminada obteria a igualdade de direitos na condição da sua concentração espacial, num tipo de independência nacional.
 - b) a reunificação da sociedade que se encontra fragmentada em grupos de diferentes comunidades étnicas, confissões religiosas e formas de vida, em torno da coesão de uma cultura política nacional.
 - c) a coexistência das diferenças, considerando a possibilidade de os discursos de autoentendimento se submeterem ao debate público, cientes de que estarão vinculados à coerção do melhor argumento.
 - d) a autonomia dos indivíduos que, ao chegarem à vida adulta, tenham condições de se libertar das tradições de suas origens em nome da harmonia da política nacional.
 - e) o desaparecimento de quaisquer limitações, tais como linguagem política ou distintas convenções de comportamento, para compor a arena política a ser compartilhada.
7. (Enem 2014) Uma norma só deve pretender validade quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um discurso prático, a um acordo quanto à validade dessa norma.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Segundo Habermas, a validade de uma norma deve ser estabelecida pelo(a)

- a) liberdade humana, que consagra a vontade.
 - b) razão comunicativa, que requer um consenso.
 - c) conhecimento filosófico, que expressa a verdade.
 - d) técnica científica, que aumenta o poder do homem.
 - e) poder político, que se concentra no sistema partidário.
-

8. (UEL 2009) A utilização de organismos geneticamente modificados, já presente em alimentos como soja e milho, remete para a questão dos limites éticos da pesquisa. Tendo presente a obra de Jürgen Habermas, é correto afirmar.
- a) O debate sobre as consequências éticas da ciência, especialmente da biotecnologia, deve ocorrer a posteriori para não atrapalhar um possível progresso resultante das novas descobertas científicas.
 - b) A pesquisa com seres humanos, sobretudo quando envolve a possibilidade futura de intervenções terapêuticas e de aperfeiçoamento, requer que se faça uma clara distinção entre eugenia positiva e negativa.
 - c) Para que a ciência progrida e as pesquisas avancem na direção de novas descobertas, a ciência necessita estar sintonizada com o princípio da neutralidade científica.
 - d) Diante da inserção dos laboratórios de pesquisa na lógica de mercado, caso seja possível alterar geneticamente características dos bebês, caberá aos pais estabelecer limites éticos para as possibilidades oferecidas.
 - e) O ritmo lento da produção legislativa frente à rapidez das novas descobertas científicas torna sem sentido estabelecer limites ético-normativos para questões que envolvem a ciência.
9. (CCV-UFC 2012) Jürgen Habermas, filósofo contemporâneo considerado “herdeiro” da Escola de Frankfurt, inclui, segundo Bárbara Freitag (A teoria crítica: ontem e hoje, 1986), “em sua teoria da ação comunicativa a elaboração de um novo conceito de razão, que nada tem em comum com a visão instrumental que a modernidade lhe conferiu, mas que também transcende a visão kantiana assimilada por Horkheimer e Adorno (...)”. Segundo este novo conceito de Habermas, a razão é:
- a) Subjetiva, autônoma e transcendental, capaz de conhecer o mundo e de dirigir o destino da humanidade em direção ao sumo bem, constituindo, assim, princípios absolutos de convivência.
 - b) Uma faculdade abstrata, inerente ao indivíduo em si, que se manifesta nos acordos entre os homens sobre questões relacionadas com a verdade, a justiça e o próprio bem-estar do homem em sociedade, ou seja, a vida boa.
 - c) Constituída socialmente no processo de interação dialógica, no qual cada interlocutor levanta uma pretensão de validade dos seus enunciados sobre fatos, normas e vivências e espera que o outro possa contestá-lo com argumentos.
 - d) Formada no cotidiano, de modo que as verdades consideradas inabaláveis por acordo ou norma anterior já não devem ser questionadas, garantindo-se assim espaço para a discussão de novas questões e, por este meio, o progresso social.
 - e) A verdade que aparece na conversação entre pares (identidade de interesses, formação e cultura) como produto do questionamento e da crítica monológica, que é, ao fim e ao cabo, subjetiva, transcendental e inata.
-

10. (UEL 2010) Leia o texto a seguir.

Na tradição liberal, a ênfase é posta no caráter impessoal das leis e na proteção das liberdades individuais, de tal modo que o processo democrático é compelido pelos (e está a serviço dos) direitos pessoais que garantem a cada indivíduo a liberdade de buscar sua própria realização. Na tradição republicana, a primazia é dada ao processo democrático enquanto tal, entendido como uma deliberação coletiva que conduz os cidadãos à procura do entendimento sobre o bem comum.

(Adaptado de: ARAÚJO, L. B. L. Moral, direito e política. Sobre a Teoria do Discurso de Habermas. In: OLIVEIRA, M.; AGUIAR, O. A.; SAHD, L. F. N. de A. e S. (Orgs.). Filosofia Política Contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 214-235.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a filosofia política na teoria do discurso, é correto afirmar que Habermas

- a) privilegia a ideia de Estado de direito em detrimento de uma democracia participativa.
- b) concede maior relevância à autonomia pública, opondo-se à autonomia privada.
- c) ignora tanto a autonomia privada quanto a pública, substituindo-as pela utilidade das normas morais.
- d) enfatiza a compreensão individualista e instrumental do papel do cidadão na lógica privada do mercado.
- e) concilia, na mesma base, direitos humanos e soberania popular, reconhecendo-os como distintos, porém complementares

Se liga!

Sua específica é humanas e quer continuar treinando esse conteúdo?
Clique [aqui](#) para fazer uma lista extra de exercícios

Gabaritos

Exercícios de fixação

- 1. C**
A reflexão de Habermas a respeito do papel da racionalidade se baseia na teoria crítica, desenvolvida pelos filósofos da Escola de Frankfurt, cujo objetivo era se opor à tradição racionalista.
- 2. B**
Em sua obra Teoria do Agir Comunicativo, Habermas faz uma distinção entre a razão instrumental e a razão comunicativa. A primeira visa a máxima eficácia; a segunda visa o consenso.
- 3. A**
Para Habermas, o mundo do trabalho (sistema) corresponde ao espaço da reprodução material e, portanto, está relacionado à técnica, à ciência e à razão instrumental.
- 4. C**
Para Habermas, o mundo da vida corresponde ao espaço da reprodução simbólica e, por isso, está relacionado à sociabilidade, à linguagem e à razão comunicativa.
- 5.** De acordo com Habermas, o agir comunicativo se baseia no entendimento entre indivíduos racionais que buscam convencer uns aos outros sobre a validade das normas, até que elas possam ser aceitas por todos a partir do consenso. Porém, para que isso funcione de maneira adequada, é preciso que todos os argumentos relevantes sejam formulados dentro de uma situação ideal de fala, isto é, sem qualquer tipo de pressão externa (dominação).

Exercícios de vestibulares

- 1. B**
A alternativa B está correta, pois o conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pressupõe que todos (cidadãos e Estado) participem do debate público, favorecendo, portanto, a inclusão social. É a partir desse debate que se pode chegar à segunda dimensão da democracia, a deliberação (tomada de decisões).
 - 2. D**
Apenas a alternativa D está correta, pois a criação de normas universais não pode desrespeitar os sistemas políticos estabelecidos nem vir na forma de uma imposição. Tais normas devem ser criadas com base na livre escolha típica dos processos democráticos, sempre se atentando para que o local não se submeta acriticamente ao modelo global.
 - 3. C**
Para Habermas, deve-se recuperar a racionalidade comunicativa a fim de que os sujeitos livres possam chegar a um consenso. Segundo ele, a ideologia proveniente da razão instrumental (técnica) produz desigualdades nos discursos, inviabilizando que a interação humana comunicativa se realize plenamente. Desse modo, Habermas entende que o uso excessivo da razão instrumental proposto pelos filósofos iluministas não foi capaz de concretizar o projeto kantiano de emancipação do homem.
-

4. **D**

No modelo da democracia deliberativa, proposta por Habermas, a noção de cidadania enfatiza os direitos subjetivos e as liberdades cidadãs. Assim, um sujeito livre tem suas escolhas particulares e o direito de defendê-las nas discussões políticas. Entretanto, deve abrir mão delas quando seu discurso for "inferior" aos dos demais.
 5. **C**

Para Habermas, é a partir do agir comunicativo, isto é, do entendimento entre indivíduos racionais que buscam convencer uns aos outros sobre a validade das normas que se chega a soluções democráticas. Desse modo, a verdade decorre do consenso. Portanto, a alternativa C é o gabarito da questão.
 6. **C**

De acordo com Habermas, a reivindicação dos direitos culturais das minorias encontra amparo nas democracias contemporâneas, na medida em que se alcança a coexistência das diferenças, possibilitando o debate público, que deve considerar o melhor argumento.
 7. **B**

De acordo com Habermas, o agir comunicativo, fundamentado na razão comunicativa, baseia-se no entendimento entre indivíduos racionais que buscam convencer uns aos outros sobre a validade das normas, até que elas possam ser aceitas por todos a partir do consenso.
 8. **B**

Com base no pensamento de Habermas, é possível concluir a necessidade de se estabelecer claramente um limite entre eugenia positiva e negativa, para evitar que desapareçam os limites entre a cura de doenças preexistentes e a busca meramente pelo aperfeiçoamento do ser humano. O fato de se extrapolarem os limites provocaria consequências éticas importantes.
 9. **C**

Segundo Habermas, a razão comunicativa, como o próprio nome sugere, é constituída socialmente no processo de interação dialógica, no qual cada interlocutor levanta uma pretensão de validade dos seus enunciados sobre fatos, normas e vivências e espera que o outro possa contestá-lo com argumentos. Por isso, a razão comunicativa está intimamente ligada ao mundo da vida, que é o espaço onde nós desenvolvemos as nossas relações afetivas.
 10. **E**

De acordo com o texto, podemos afirmar que Habermas concilia os direitos humanos, próprios da tradição liberal, e a soberania popular, própria da tradição republicana, sobretudo por meio da democracia, que expressa a deliberação coletiva a respeito do bem comum.
-